

MÓNICA CARVALHO BENEVIDES

PORTAIS DE QUINTAS, MIRANTES E TORREÕES

**Elementos da Arquitectura da “Economia da Laranja” na Fajã de Baixo,
ilha de S. Miguel**



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Ponta Delgada

2013

Vol. I

MÓNICA CARVALHO BENEVIDES

PORTAIS DE QUINTAS, MIRANTES E TORREÕES

**Elementos da Arquitectura da “Economia da Laranja” na Fajã de Baixo,
ilha de S. Miguel**

Dissertação apresentada na Universidade dos
Açores para obtenção de Grau de Mestre em
Património, Museologia e Desenvolvimento.

Orientadora: Professora Doutora Susana Paula Franco Serpa Silva

Co-orientadora: Professora Doutora Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Ponta Delgada

2013

Vol. I

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças à colaboração de diversas pessoas, às quais gostaria de agradecer profundamente o seu contributo.

Agradeço em particular às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Susana Paula Serpa Silva e Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria pela incansável orientação, disponibilidade, empenho, pelos esclarecimentos, sugestões, pela acessibilidade, cordialidade e simpatia, pelos conhecimentos e rigor manifestados ao longo da orientação dessa dissertação;

Realço o meu sincero agradecimento ao meu pai, pela preciosa colaboração na elaboração dos levantamentos esquemáticos dos mirantes;

Ao meu namorado, pelo apoio e compreensão, pelo constante encorajamento, pela disponibilidade e ajuda no trabalho de campo;

A todos os que me auxiliaram com o seu apoio e amizade, designadamente ao Sr. João Carlos Macêdo, Sr. Aires Freitas, Sr. José Manuel Vieira Pires, Sr. Director André Gil, Sr. Luís Rego, Dr. Estevão Silveira Gago da Câmara e Enfermeiro Pedro Oliveira.

À minha família pelo permanente estímulo e força incondicional que me concederam para a conclusão desse trabalho.

A todos o meu Muito Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objectivo identificar e explorar os elementos arquitectónicos que remontam à época da “economia da laranja” no século XIX. Esta investigação centrou-se nos mirantes, torreões e os portais das antigas quintas de laranja, tendo como espaço de estudo a freguesia da Fajã de Baixo.

Procurámos fazer uma análise histórica do período de maior produção e comércio da laranja em São Miguel e um enquadramento da freguesia da Fajã de Baixo no contexto da época a nível demográfico, socioeconómico e do património edificado. Quanto aos elementos identitários provenientes do tempo da “economia da laranja”, focamo-nos sobre o seu estudo tipológico e construtivo.

Em suma, a Fajã de Baixo é uma pequena freguesia que reflecte uma grande riqueza patrimonial do período áureo da cultura da laranja, um pouco “esquecida” que urge ser valorizada como factor da nossa identidade regional.

ABSTRACT

This master dissertation aims to identify and to explore the architectural elements that retrace to the time of the “economy of the orange” in the nineteenth century. This research focus in viewpoints, towers and vestibules of the orange farms, taking as study space the parish of Fajã de Baixo.

We tried to do a historical analysis for the period of highest production and commerce of orange in S. Miguel, and studying the parish of Fajã de Baixo in the context of demographic, socioeconomic and built heritage. As for the identity elements from the time of the “economy of the orange” we have focus on his typological and constructive study.

In summary, Fajã de Baixo is a small parish that reflects a great patrimonial wealth of the golden period of the culture of orange, a little “forgotten” that urges to be valued as a factor of our regional identity.

Palavras-chave: Laranja; Fajã de Baixo; Mirantes, Torreões; Portais de quintas

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	9
1º CAPÍTULO - A “ECONOMIA DA LARANJA” NA ILHA DE S. MIGUEL	14
1.1. A cultura e a comercialização dos citrinos	14
1.2. A construção do porto de Ponta Delgada	21
1.3. A construção das quintas de laranja	24
1.4. A sociedade micaelense e os tempos de prosperidade	27
1.5. O declínio da “economia da laranja”	30
2º CAPÍTULO – A FAJÃ DE BAIXO NO TEMPO DA “ECONOMIA DA LARANJA”..	35
2.1. Enquadramento geográfico e demográfico	35
2.2. A Fajã de Baixo.....	41
2.3. O perfil socioeconómico da localidade	45
2.4. O património edificado: palacetes e quintas	50
3º CAPÍTULO - PORTAIS, MIRANTES E TORREÕES DAS QUINTAS DA FAJÃ DE BAIXO	56
3.1. Levantamento e estudo tipológico e construtivo:	56
3.1.1. Génese dos mirantes e torreões.....	56
3.1.2. Tipologias.....	57
3.1.2.1. Mirantes	57
3.1.2.2. Torreões	63
3.1.2.3. Portais de quintas.....	66
3.1.3. Função inicial e actual.....	68
3.1.4. Conservação e recuperação.....	71
3.1.5. A construção.....	75
CONCLUSÃO	81

FONTES	86
Fontes impressas	86
Fontes orais.....	86
BIBLIOGRAFIA	89
WEBGRAFIA	97

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Produção de laranja em 1873, discriminada por ilhas	19
Figura 2 – Exportação de laranja de S. Miguel (caixas).....	19
Figura 3 – Concelho de Ponta Delgada com destaque para a freguesia da Fajã de Baixo.....	35
Figura 4 – Evolução da população dos Açores entre 1801 e 1900.....	37
Figura 5 – Evolução da população micaelense entre 1590 a 1950.....	38
Figura 6 – Evolução dos concelhos da ilha de S. Miguel (1852 a 1896).....	39
Figura 7 – População da Fajã em diferentes épocas do século XIX	44
Figura 8 – População da Fajã no ano de 1813	47
Figura 9 – Ocupações dos habitantes da Fajã nos anos de 1800 e 1813	48
Figura 10 – Profissões por cabeça de família na Fajã de Baixo no ano de 1863	49
Figura 11 – Quadro tipológico dos mirantes existentes na Fajã de Baixo	58
Figura 12 – Percentagem (arredondada) das tipologias de mirantes na Fajã de Baixo	59
Figura 13 – Bases dos mirantes na Fajã de Baixo	59
Figura 14 – Bases dos mirantes tronco-piramidais na Fajã de Baixo	60
Figura 15 – Bases dos mirantes prismáticos na Fajã de Baixo	61
Figura 16 – Percentagem das tipologias dos torreões na Fajã de Baixo	64
Figura 17 – Bases dos torreões na Fajã de Baixo	65
Figura 18 – Percentagem (arredondada) das tipologias dos portais na Fajã de Baixo	67
Figura 19 – Percentagem (arredondada) e função actual dos mirantes na Fajã de Baixo	69
Figura 20 – Percentagem (arredondada) e função actual dos torreões na Fajã de Baixo	69
Figura 21 – Percentagem (arredondada) e função actual dos portais na Fajã de Baixo	70
Figura 22 - Percentagem (arredondada) e estado de conservação dos mirantes na Fajã de Baixo	72
Figura 23 – Percentagem e estado de conservação dos torreões na Fajã de Baixo	72
Figura 24 – Percentagem (arredondada) e estado de conservação dos portais na Fajã de Baixo	73
Figura 25 – Recuperação dos mirantes na Fajã de Baixo	73
Figura 26 – Recuperação dos torreões na Fajã de Baixo	74
Figura 27 – Recuperação dos portais de quintas na Fajã de Baixo	75
Figura 28 - Exemplo de simples para arco de volta inteira	78
Figura 29 – Exemplo de simples para arco abatido	78

Figura 30 – Compressão de pedra angular no fecho do arco 78

SIGLAS E ABREVIATURAS

BPARPD - Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada

CRCAA - Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores

s/l - Sem indicação do local

s/n - Sem indicação do número

s/e - Sem edição

s/d - Sem data

s/pág. - Sem indicação de página

INTRODUÇÃO

A temática

O motivo principal desta dissertação é o desejo de contribuir para o aprofundamento do conhecimento, divulgação e valorização do património dos Açores, em particular de uma parcela da “herança” arquitectónica que remonta à época da economia açoriana no século XIX, designadamente dos mirantes, torreões e portais das antigas quintas edificadas na freguesia da Fajã de Baixo.

A escolha do tema surgiu no âmbito de um trabalho elaborado para a unidade curricular intitulada Cidade e Património Urbano do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento que suscitou o interesse em investigar mais em pormenor esses elementos arquitectónicos de grande diversidade tipológica e riqueza patrimonial, porém pouco conhecidos. Aliás, para além de existirem muito poucos estudos referentes a esse tipo de património – o que constituiu uma das problemáticas do estudo, de que falaremos mais à frente – o único artigo que aprofunda a temática é de publicação muito recente (2012) e da autoria de Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França¹.

A preferência pelo espaço em estudo, nomeadamente a Fajã de Baixo, resultou, por um lado, de uma escolha pessoal, por ser a localidade onde se encontra instalada a Part’Ilha – Associação de Cultura e Desenvolvimento Local, AC, na qual exerço a minha actividade profissional e que tem como finalidade promover acções culturais e outras em benefício do desenvolvimento local. Por outro, trata-se de uma freguesia onde se situam grandes “quintas” com boas condições para a produção de citrinos devido aos seus terrenos férteis. Daí o aparecimento de inúmeras “quintas” de laranja nesta localidade onde se incluíam elegantes portais, mirantes e torreões.

Desde os finais do século XVIII até ao terceiro quartel do século XIX a cultura e a exportação da laranja para o estrangeiro, principalmente para Inglaterra, afiguraram-se de uma significativa importância para a região, mostrando predomínio sobre os restantes mercados. É esse período designado como o da “economia da laranja” que correspondeu a uma época áurea pela riqueza que propiciou a muitos micalenses e também estrangeiros que por cá se estabeleceram. Desenvolveu-se uma nova mentalidade, formou-se uma elite

¹ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França, “Mirantes e torres de laranja: Elementos identitários da paisagem açoriana”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 21, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2012, pp. 149-176.

económica e alterou-se a paisagem física da ilha de São Miguel com a construção de solares e “quintas” rodeadas por altos muros de pedra, desenhadas geometricamente no seu interior com quarteis de sebes para protecção das árvores contra os ventos e o mar e com soberbos portais de estilo neoclássico inglês, alguns com datas e iniciais dos nomes dos proprietários esculpidas. Juntando o excesso de pedra acumulada nos terrenos elevaram-se mirantes e torreões em diversas zonas da ilha de diferentes tipologias que tinham como um dos objectivos visualizar a chegada dos barcos para exportar as laranjas micalenses tão afamadas pela sua qualidade.

Assim, sem descurar o contexto económico e social da época, pretende-se analisar esses elementos patrimoniais e identitários, tendo como espaço de estudo a freguesia da Fajã de Baixo com grande riqueza patrimonial, balizada em termos cronológicos, entre 1776 e 1910, limites que representam o caso mais remoto e o mais recente dos elementos arquitectónicos encontrados e datados, o que demonstra que a construção dessas estruturas persistiu depois de oitocentos, mesmo quando a cultura da laranja já tinha perdido o seu valor económico e sido substituída por novas culturas.

Metodologia

O ponto de partida para a elaboração desta dissertação foi a recolha e análise de bibliografia sobre a temática subjacente ao estudo, em particular, nos dois capítulos iniciais, bem como de algumas fontes impressas.

Relativamente ao terceiro capítulo, procedeu-se ao trabalho de campo, ao qual foi dedicado a maior parte do tempo da investigação, com a identificação e caracterização de todos os elementos da arquitectura da época da laranja existentes na freguesia da Fajã de Baixo, designadamente os mirantes, torreões e portais de quintas. A identificação foi feita no terreno, a pé e de carro, com o auxílio de mapas, do Google Earth e de informação recolhida junto da população da freguesia. Depois, procedeu-se à marcação cartográfica das respectivas localizações e, posteriormente, cada elemento arquitectónico foi descrito com o preenchimento de uma ficha de caracterização. Essas fichas foram efectuadas com

base noutras já existentes, nomeadamente nas fichas de Inventário do Património Imóvel do Açores².

Cada ficha está numerada e contém fotografias, desenhos esquemáticos dos mirantes com valores aproximados e à escala gráfica, graças à colaboração de um desenhador profissional. Relativamente à sua identificação estão mencionadas a localização, a rua, as coordenadas GPS, a identificação dos primeiros e actuais proprietários (sempre que possível), a época de construção inicial e função. No que respeita à caracterização estão indicadas as tipologias, a descrição arquitectónica, designadamente os elementos estruturais, decorativos e técnicas utilizadas na construção original, o estado de conservação, a recuperação, bem como o mestre responsável e as técnicas e materiais utilizados.

Todos os elementos foram fotografados e a grande maioria medidos com fita métrica. Para calcularmos a área de utilização de um mirante de base quadrangular ou rectangular usamos a fórmula lado vezes lado. Por outro lado, quando se aplicava a uma construção de planta trapezoidal o método de cálculo foi a soma do lado maior e menor a dividir por dois multiplicando-se pelo valor do lado.

Após o levantamento dessas estruturas arquitectónicas foi analisada pormenorizadamente cada uma, através de uma base de dados criada em excel, de modo a poder fazer um estudo quantitativo e, conseqüentemente, estatístico e conclusivo.

Ao longo deste trabalho fomos confrontadas com pontos fortes e fracos. Relativamente ao primeiro caso, uma das facilidades foi a abundância de estudos publicados sobre a história económica e social da cultura da laranja em S. Miguel, como por exemplo os artigos de Fátima Sequeira Dias³, de Sacuntala de Miranda⁴, de Maria Isabel João⁵, entre outros⁶. Já com menos frequência, encontramos algumas notas em

² O Inventário do Património Imóvel dos Açores trata-se de um projecto cultural lançado e financiado pela Direcção Regional da Cultura, cuja sua execução ficou a cargo do Instituto Açoriano de Cultura ao qual compete a inventariação de todo o património imóvel dos Açores.

³ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” no arquipélago dos Açores durante o século XIX”, in *Arquipélago-História, In Memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil*, volume I, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1994, pp. 189-240.

⁴ Cf. Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel 1870-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

⁵ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

⁶ Cf. Susana Serpa Silva, “Aspectos da vida social e cultural micaelense na 2ª metade do século XIX”, in *Arquipélago-História. In Memoriam Ernesto do Canto*, volume IV, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, pp. 299-358.

diversas publicações referentes à freguesia da Fajã de Baixo que ajudaram a caracterizá-la e a suprimir algumas lacunas, ainda que com limitações.

Todavia, verificaram-se inúmeras dificuldades para o estudo em causa. Em primeiro lugar destaca-se a escassez de bibliografia sobre as questões patrimoniais da arquitectura do tempo da laranja. Dos poucos estudos encontrados existe apenas um único artigo específico sobre o património da época como atrás já foi referido. Os restantes estudos abordam a temática, mas de forma mais abrangente, designadamente a tese de doutoramento de Pedro Borges que faz referência ao assunto, mas sem aprofundá-lo⁷, Isabel Albergaria que refere o património construído da época da laranja⁸, Carreiro da Costa que menciona os torreões da cidade de Ponta Delgada⁹ e Luís Bernardo Leite Ataíde que se circunscreve a uma breve nota intitulada “Os portais das velhas quintas”¹⁰.

Por outro lado, apesar dessa carência bibliográfica, durante o trabalho de campo, depararam-se-nos outros obstáculos. Desde o abandono dessas construções arquitectónicas, elevada degradação, zonas perigosas cobertas de vegetação e de difícil acesso a alguns pontos que impediram, por sua vez, a medição, a dificuldade em saber quem foram os primeiros proprietários e até mesmo os actuais, a época de construção inicial e os mestres responsáveis pela recuperação, quando a houve. A incerteza de dados consistentes que identificassem a época de construção inicial desses elementos levou-nos a fazer, em alguns casos, a sua análise a partir de todo um conjunto de factores existentes no que respeita ao seu aspecto e materiais construtivos utilizados.

Durante este trabalho, apesar de alguns autores utilizarem a expressão “arquitECTURA da laranja”, nomeadamente José-Augusto França¹¹ e Francisco Ernesto de Oliveira Martins¹² preferiu-se usar a designação de arquitectura do tempo da “economia da laranja”, tendo em conta que a primeira expressão não se consolidou academicamente e que na minha opinião não existe propriamente uma “arquitECTURA da laranja”, mas sim uma

⁷ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel nos Açores, na 2ª metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, 2007, pp. 136-171. (Policopiado).

⁸ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel: 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Ed, 2000.

⁹ Cf. Carreiro da Costa, “Torreões da Cidade de Ponta Delgada”, in *Insulana*, nº 21, 1º e 2º semestre, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1965, pp. 258-259.

¹⁰ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, “Os portais das velhas quintas”, in *Os Açores - revista ilustrada*, Ano II, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda, 1928, p.15.

¹¹ Cf. José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*, 3ª edição, Lisboa, Bertrand Ed., 1990, p. 367.

¹² Cf. Francisco Ernesto de Oliveira Martins, *ArquitECTURA nos Açores: Subsídios para o seu estudo*, Horta, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Direcção Regional do Turismo, 1983, p. 200.

arquitectura de modelos neoclássicos e georgianos introduzidos durante o período do comércio e de exportação do citrino, devido às relações privilegiadas com a Inglaterra.

Em suma, entendemos que o levantamento destes elementos identitários existentes na Fajã de Baixo consiste num registo inédito que pode servir de proveitoso instrumento de trabalho para quem tem responsabilidades sobre a conservação e a protecção do património insular, para além de ajudar a divulgar e a valorizar o património arquitectónico da freguesia, referente a um período de grande prosperidade açoriana.

A estrutura

A presente dissertação está organizada em três capítulos. Relativamente ao primeiro – que corresponde ao enquadramento ou contextualização do estudo – efectuou-se uma análise histórica da época da “economia da laranja” na ilha de São Miguel, com base na bibliografia existente, abordando-se a cultura e a comercialização do fruto, a necessidade e os obstáculos à construção do porto de Ponta Delgada, a formação das “quintas” de laranja, o perfil da sociedade micaelense oitocentista e o declínio dessa prosperidade económica. Quanto ao segundo capítulo, tentamos caracterizar a freguesia da Fajã de Baixo no século XIX, situando-a no quadro geográfico e demográfico micaelense e perfazendo o seu retrato socioeconómico, bem como o do património edificado naquela centúria. Todavia, reconhecemos algumas limitações em virtude da escassez de monografias sobre esta localidade e da dispersão de informações em múltiplas e díspares fontes que dificilmente podíamos consultar na totalidade devido ao rigor dos prazos académicos. Finalmente, no terceiro e último capítulo, após o levantamento e análise dos mirantes, torreões e portais de quintas existentes na freguesia, é feita a sua caracterização tipo-morfológica e analisados os resultados da investigação.

1º CAPÍTULO - A “ECONOMIA DA LARANJA” NA ILHA DE SÃO MIGUEL

1.1. A cultura e a comercialização da laranja em São Miguel

A ilha de São Miguel, ao longo do tempo, atravessou constantes ciclos de culturas de comércio que caracterizaram a história micalense e que se foram sucedendo umas às outras¹³. Além dos períodos da cana-de-açúcar, trigo, pastel, milho, vinha, tabaco e do ananás em estufas, a cultura da laranja, no século XIX - encontrando condições muito favoráveis ao seu cultivo¹⁴ - ficou marcada na memória dos insulares como uma época de grande riqueza para os Açores.

Embora existem indicações que esta cultura remonta ao século XVI¹⁵, produzindo-se apenas para consumo local¹⁶, apenas as primeiras exportações do citrino da ilha de S. Miguel foram efectuadas no século XVIII persistindo até ao século XIX. A esse período designa-se como “economia da laranja”, “período áureo em que (...) trouxe a uma parcela importante dos seus habitantes uma prosperidade, nunca antes e depois igualada”¹⁷.

¹³ No século XV dominava a cana-de-açúcar e o trigo; no século XVI o pastel que substitui a cana; no século XVII o pastel decaiu e desenvolveu-se a cultura do milho, trigo e vinha, juntando-se com grande relevância a cultura da laranja na segunda metade de oitocentos. Com a crise dos laranjais surgem novas culturas no século XIX, como o chá, o tabaco, o ananás e o milho. Cf. *Arquitectura Popular dos Açores*, coord. de João Vieira Caldas, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 108.

¹⁴ O clima de temperaturas moderadas e os solos férteis insulares são muito favoráveis ao cultivo de laranjas. As temperaturas ideais para o cultivo do citrino não devem ser inferiores a 10 graus, nem superiores a 34. Nos Açores a temperatura raramente desce abaixo dos 9 graus no Inverno e no Verão não sobe acima dos 29 graus, logo reúne as condições necessárias para o cultivo do fruto. Cf. Silvano Augusto Pereira, “A laranja dos Açores: notas acerca da citricultura”, in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, Ponta Delgada, Tipografia do Correio dos Açores, 1949, p. 6.

¹⁵ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” no arquipélago dos Açores durante o século XIX” In *Arquipélago-História. In memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil*, volume I, nº2, 2ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1994, p. 189; Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel 1870-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p.11 e Cf. Margarida Vaz do Rego Machado, “A incessante procura de viabilidade económica e o contributo dos particulares. A importância da cultura da laranja”, in *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1º vol., 2008, p. 491.

¹⁶ Segundo Gaspar Frutuoso em finais do século XVI os habitantes de S. Miguel jogavam à apanha da laranja, o que significa que esse citrino já era, nessa época, muito vulgar. Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Cit. por Silvano Augusto Pereira, “A laranja dos ...”, *ob. cit.*, p.2.

¹⁷ Cf. Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja ... ob. cit.*, p. 7.

Segundo anotações de Ernesto do Canto as primeiras exportações terão sido efectuadas em 1714 por Cornélio D’Auckel para França¹⁸ e em 1718 da Quinta de Nossa Senhora da Encarnação, pertencente a Pedro Borges de Sousa Canto, onde se encontra a actual Junta de Freguesia de Fajã de Baixo¹⁹. No entanto, foi a partir de 1780 que as exportações do citrino alcançaram um crescimento constante, coincidindo com a Revolução Industrial Britânica²⁰. Desde aí, o comércio da laranja foi considerado como a principal actividade económica açoriana, uma vez que a nossa ilha era procurada por barcos estrangeiros para exportação das famosas “St. Michael oranges”, para distintos lugares, mas sobretudo para os portos de Inglaterra. Aliás, a ilha de São Miguel era referida pelos ingleses como “sendo a quinta de Inglaterra”²¹, tendo em conta que 95% das exportações da fruta era feita para aquele país. Já em 1821 Webster menciona que as laranjas micalenses “são afamadas tanto pelo seu fino aroma, como pelo seu doce sumo”²². A elas também afirmava Alice Baker em 1883 que eram as melhores do mundo.²³ Podemos dizer que o grande apogeu de exportação da laranja fixou-se aproximadamente durante 35 anos, designadamente entre os anos de 1840 e 1875, situando-se o seu fim entre 1873 e 1896, em conformidade com Sacuntala de Miranda²⁴.

Inicialmente os exportadores do comércio do citrino eram quase todos ingleses que o negócio da laranja atraiu aos Açores²⁵, excluindo Jacinto Inácio Rodrigues da

¹⁸ Cf. “Almanach do Archipelago dos Açores para 1865”, coord. Francisco Maria Supico, Ponta Delgada. Cit. por Manuel Ferreira, *O explorador Micaelense*, Roberto Ivens, Ponta Delgada, Nova Gráfica, 2004, p. 30.

¹⁹ Cf. Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978, p. 210.

²⁰ Com a Revolução Industrial os ingleses passaram a ter um maior poder de compra em relação aos outros povos. Cf. Louis Bergeron, “A Revolução Industrial Inglesa” in Pierre Léon, *História Económica e Social do mundo*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1984, p. 302; Hamish Fraser, *The Coming of the Mass Market, 1850-1914*, Macmillan Press, 1981 e Hoh-Cheung e Lorna H. Mui, *Shops e Shopkeeping in Eighteenth Century England*, Londres, McGill-Queen’s University Press, 1989. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” ... *ob. cit.*, p. 222.

²¹ Cf. *Laranjas, Dickens e São Miguel: a propósito de oranges and lemons*, prefácio e notas de Leonor Sampaio da Silva, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional, Direcção Regional da Cultura e Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2010, p. 23.

²² Cf. Webster, “A ilha de São Miguel em 1821”, trad. César Rodrigues, *Arquivo dos Açores*, vol III, p. 151. Cit. por Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 49

²³ Alice Baker, *A Summer in Azores with a Glimpse of Madeira*, Boston, trad. João Hickling Anglin, Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2ª ed., 1882, p. 10. Cit. por Fátima Sequeira Dias, *Os Açores na História de Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 27.

²⁴ Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja...* *ob. cit.*, p. 17.

²⁵ Os ingleses tinham maioritariamente o controlo do comércio da laranja até os anos 20 por terem contactos familiares e empresariais em Inglaterra. Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” ... *ob. cit.*, p. 209.

Silveira²⁶, Sholtze, prussiano e Thomas Hickling, americano, grande impulsionador do comércio da laranja²⁷. Segundo Webster as laranjas eram compradas aos morgados pelos comerciantes ingleses e americanos, que residiam em S. Miguel, para exportação²⁸. Fátima Sequeira Dias diz-nos que nem todos os proprietários agrícolas micaelenses tinham capacidades, a nível económico, para ter uma quinta, ou não estavam interessados em substituir a produção do milho para se aventurarem em investimentos de grande risco²⁹. Já no século XIX Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira atribuía a resistência dos locais em avançarem neste negócio, à inexistência de um porto de abrigo em Ponta Delgada³⁰.

Somente a partir dos anos 30 do século XIX é que os negociantes locais começaram a dirigir o comércio da laranja³¹, sendo mais tarde criada, em 1835, a primeira “*Companhia Exportação de Laranja da Ilha de S. Miguel*” que permitiu acabar com a “chefia” dos grandes negociantes da laranja, fazendo com que, tanto os pequenos como os grandes produtores pudessem controlar os destinos do seu produto. Assim, nos anos 50 já se notava o cultivo dos laranjais pela ilha num número considerável, sendo mais de 2000 pessoas proprietárias de pomares³² conhecidas vulgarmente por “quintas”³³. Francisco Maria Supico no ano de 1865 “inventariava vinte casas exportadoras em Ponta Delgada”³⁴.

²⁶ Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira foi um grande proprietário e comerciante da nossa ilha, que obteve mais tarde o título de Barão de Fonte Bela em troca de serviços prestados a D. Pedro IV, na luta liberal, designadamente em troca de empréstimos de dinheiro provenientes do comércio da laranja. Igualmente foram atribuídos outros títulos de nobreza, pela mesma causa, nomeadamente a Duarte Borges da Câmara Medeiros, recompensado com o título de Visconde da Praia; Manuel Canto e Albuquerque como Barão das Laranjeiras. Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja... ob. cit.*, pp. 20 e 35.

²⁷ Thomas Hickling, vice-consul dos Estados Unidos e cônsul da Rússia, foi dono da Quinta da Glória em S. Roque, construtor da linda residência em frente à igreja de S. Pedro, hoje escola de hotelaria, e fundador da casa e do jardim do tanque nas Furnas. Cf. João Manuel da Rocha e Rita da Conceição Cabral de Medeiros Freitas, *Estatuária Micaelense*, prefácio de Gustavo Moura, Ponta Delgada, Edição do autor, 2007, p. 246.

²⁸ Cf. Webster, “A ilha de São ...” *ob. cit.*, p. 151. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...” *ob. cit.*, p. 193.

²⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...” *ob. cit.*, p. 194.

³⁰ Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja... ob. cit.*, p. 21.

³¹ Numa primeira fase, a título individual, por um pequeno grupo de capitalistas poderosos, nomeadamente os morgados e ricaços, sendo a segunda fase, a partir da década de 40 com a implantação das companhias exportadoras da laranja. Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...” *ob. cit.*, p. 207.

³² Cf. Gabriel d’Almeida, *Dicionário histórico-geográfico dos Açores*, s.l. s.n, sd., p. 24. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...” *ob. cit.*, p. 211.

³³ Denominação dada pelos açorianos ao que os continentais designam como pomar.

³⁴ Cf. Almanack para o Arquipélago dos Açores para 1865, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864, pp. 35-36. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...” *ob. cit.*, p. 220.

Nesses tempos a laranja era tão abundante³⁵ e barata que até se criou a expressão “está a pão e laranja” relativa a quem estivesse na miséria³⁶.

A partir de Novembro as laranjas começavam a amadurecer e desde então até Maio, não paravam de chegar barcos para comprar a fruta. Apesar de serem os possuidores das terras os grandes beneficiários dos rendimentos obtidos pelo comércio da laranja, as classes mais pobres, desde crianças, mulheres, idosos e outros trabalhadores³⁷ eram também favorecidas no tempo da colheita, que lhes dava trabalho. Por entre grande algazarra, a apanha das laranjas era feita com muito cuidado e colocada em grandes cestos, depois transportados para um terreiro, sendo cada uma embrulhada em folhas de milho secas³⁸, posteriormente postas em caixas de madeira rectangulares³⁹, feitas de pinho da terra, e levadas para o porto ou para os armazéns da cidade, onde eram guardadas até à chegada dos barcos estrangeiros. Estes armazéns e as lojas das casas mais abastadas “eram frascos abertos de fina essência que, noite e dia, impregnavam o ar das habitações, das praças, das ruas e betesgas da cidade baixa...”.⁴⁰

Por outro lado, a fruta também podia ser “comprada no ar”, isto é, os chamados “cabeças de laranja” visitavam as “quintas”, apreciavam o fruto e faziam as suas propostas. Neste caso, o dono do pomar entregava as chaves da propriedade ao exportador e este, por sua conta, fazia a colheita e à saída mostrava ao proprietário da “quinta” as caixas a sair.

Durante esse período, por toda a cidade de Ponta Delgada, homens e mulheres traziam ao ombro ou na cabeça grandes cestos de laranja, passavam cortejos de burros, vindos do campo, para o cais carregados da fruta, enquanto o vendedor ambulante gritava

³⁵ Segundo Webster cada laranjeira dava em média por ano entre as 6000 a 8000 laranjas. Cf. Webster, “A ilha de S. Miguel ... *ob. cit.*, p. 151. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” ...” *ob. cit.*, p. 194.

³⁶ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 volumes, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974, p. 219.

³⁷ Era o chamado “Rancho da fruta” formado pelos empregados na apanha do citrino que trepavam às árvores e faziam descer a laranja em cestos. Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte ... ob. cit.*, p. 216.

³⁸ Foi Thomas Hickling que teve a ideia de substituir o papel importado em folhas secas de milho para embrulhar a fruta, dado a ausência do papel próprio, numa determinada ocasião, para embalar os citrinos, sendo esta prática posteriormente seguida pelos exportadores e trazendo, assim, grande vantagem para a economia local, através da valorização de um produto local. Cf. João H. Anglin, “Tomás Hickling”, in *Insulana, volume V*, nº 1 e 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1949, p. 113.

³⁹ Cada caixa de madeira levava entre quatrocentas a quinhentas laranjas. A partir dos anos 60 assistiu-se à substituição de caixas por malotes. Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da economia” ... *ob. cit.*, p.205.

⁴⁰ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte... ob. cit.*, p. 213.

pelas ruas o nome: *laranjas, laranjas*.⁴¹ No chão das ruas abundavam cascas de laranja e as crianças brincavam com o fruto.

Às vezes, no mesmo dia, chegavam numerosos barcos de todos os tipos e classes para comprar a fruta “e os jornais de olhos postos no movimento, referiam-se impressionados ao feérico espectáculo do ancoradouro, nas prolongadas noites de inverno, com centenas de mastros iluminados, à laia de colorido arraial, no recorte da costa”⁴².

Embora S. Miguel exportasse outro tipo de produtos agrícolas, como o limão, cereais e legumes, a laranja tinha o papel predominante. As laranjeiras produziam “abundantemente uma qualidade de laranjas muito apreciadas, de casca fina, sumarentas e sem pevide”⁴³. Havia diferentes tipos de laranjas cultivadas, desde a chamada laranja da terra, a selecta, a de umbigo, a azeda, a tangerina e a mandarina, cada uma com as suas particularidades, dependendo da espessura, tamanho, cor da casca, sabor, bem como a existência ou ausência de pevides⁴⁴. Segundo Luís Bernardo Leite de Ataíde, podemos classificar a laranja para a venda em duas categorias: “a do ar e a do chão”⁴⁵. A primeira era aquela que se vendia por estar conservada na laranjeira, a segunda, de inferior qualidade, era a que caía da árvore a meio do seu desenvolvimento e que não era aproveitada para a exportação, sendo oferecida ao pessoal ou dada aos porcos. Daí chamar-se às pessoas ricas de “laranja do ar” e às pobres “laranjinha do chão”⁴⁶.

Apesar de todas as ilhas exportarem laranja, havia mais abundância de pomares nas ilhas Terceira e S. Miguel, tendo esta última uma produção superior a todas as outras (Figura 1). Desde os anos trinta até aos setenta assiste-se a uma época de desenvolvimento económico, com a evolução da exportação de laranja em S. Miguel, embora se registe na década de 50 uma ligeira descida da média anual relativamente ao ano anterior. (Figura 2).

⁴¹ Cf. Weeks, Lyman H., “Nos Açores”, trad. João H. Anglin, Insulana, volume XIV, 2º semestre, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1958, p. 307 (ed. original: 1882).

⁴² Cf. Manuel Ferreira, *O Explorador Micaelense... ob. cit.*, p. 41.

⁴³ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” ... ob. cit., p. 196.

⁴⁴ Idem, p. 196.

⁴⁵ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte ... ob. cit.*, p. 216.

⁴⁶ Idem, p. 216.

Figura 1- Produção de laranja em 1873, discriminada por ilhas

Ilhas	Milheiros exportados (sic)
Santa Maria	520
São Miguel	164.586
Terceira	43.261
Graciosa	50
São Jorge	6.360
Pico	445
Faial	7.410
Flores	78
Corvo	5

Fonte: Boletim CRCAA, nº 9, p. 21. In José Maria Teixeira Dias, *A História do Povo Açoriano*, prefácio de Emanuel Jorge Botelho, Ponta Delgada, Publiçor, 2011, p. 163.

Figura 2 – Exportação de laranja de S. Miguel (Caixas)

Anos	Quantidade	
	Quinquenal	Média anual
1835-39	277 089	55 418
1840-44	437 020	87 404
1845-49	655 926	131 185
1850-54	645 588	129 118
1855-59	848 099	169 620
1860-64	996 904	199 381
1865-69	1 033 521	206 704
TOTAL	4 894 147	139 833

Fonte: A. Gil e Augusto Ribeiro, *Almanach Insulano para os Açores e Madeira, Estatístico, Histórico e Literário para o ano de 1875*, 2º ano, Angra, 1874, pp. 16, 51 e 103. Cit. por Maria Isabel João, *Os Açores ... ob. cit.*, p.102.

As condições de carregamento da laranja, tanto em terra como no mar, não eram favoráveis. O transporte dos citrinos até ao cais era feito em burros emparelhados a “pau e corda”, dada a inexistência de estradas em condições ou poucos caminhos toleráveis⁴⁷. Por outro lado, os carregamentos do produto por via marítima enfrentavam também inconvenientes. A falta de um porto de abrigo em Ponta Delgada fazia com que os navios ancorassem longe da costa, sendo os passageiros e a mercadoria transportados em pequenos barcos costeiros até ao cais. Todavia, era durante o Inverno que se faziam as exportações de laranja e se surgia mau tempo, o que era frequente, os barcos tinham que se afastar da costa à espera de vento favorável para carregar a fruta e muitas vezes a laranja apodrecia antes mesmo de fazer a longa viagem marítima, até aos portos de Inglaterra. Esta travessia durava entre 16 a 20 dias, e às vezes até mais, consoante o tempo⁴⁸. Em 1825, como dizia Luís da Silva Mousinho de Albuquerque “Se a ilha de S. Miguel oferecesse aos navios hum abrigo cómodo e seguro, a sua posição geográfica, a natureza dos seus produtos e até o número e variedade das suas importações atrairiam a ela grande cópia de Navios e traficantes”⁴⁹. Em 1982, era da mesma opinião Fernando Aires de Medeiros Sousa, quando afirma que a ilha de São Miguel, nos anos 30, do século XIX “... já podia exportar 8.000 moios de milho, 4.000 moios de fava, 1.000 moios de feijão, 1.000 moios de trigo e 70.000 caixas de frutas, estando ainda então duas terças partes do solo praticamente por cultivar. E se essa exportação não se concretizava na totalidade, devia-se isto à falta de um porto capaz”⁵⁰.

⁴⁷ As cargas eram penduradas com cordas, amarradas a uma ou duas barras de madeira, em que passavam as albardas dos animais amarrados. Quando a carga era excessiva estas eram utilizadas em quatro burros emparelhados sob o mesmo método. Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja... ob., cit.* p. 22.

⁴⁸ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da economia”..., *ob. cit.*, p. 203.

⁴⁹ Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja ... ob. cit.*, p. 22.

⁵⁰ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, subsídios para a história micaelense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 101.

1.2. A construção do porto de Ponta Delgada

A construção e melhoramento de um porto em São Miguel, que permitisse a atracação e o embarque nos barcos, em segurança, era essencial⁵¹, tendo em conta que Ponta Delgada possuía apenas um ancoradouro mal equipado⁵² e sem condições favoráveis de ancoragem de navios. Na verdade, o desejo de construir uma doca em São Miguel data do século XVI, através de várias representações do povo micaelense solicitando à coroa portuguesa medidas para a edificação de um molhe ou doca, mas sem delas obter grande sucesso.

Somente em 1832, com a passagem do exército liberal pelos Açores, é decretada a construção de docas em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Em 1838 uma Comissão organizada por micaelenses e presidida por José do Canto, encomendam o projecto do porto em Inglaterra, designadamente ao engenheiro John Rennie⁵³, abdicando dos projectos dos engenheiros portugueses que se confinavam a recuperar e ampliar o cais de S. Brás de capacidade muito limitada⁵⁴.

Contudo, a concretização de um projecto para a construção da doca não passou dos papéis para a acção assim tão rapidamente, devido a diversos obstáculos desde as questões financeiras, à distância da Europa que era o centro dos materiais e de máquinas, à má vontade dos Governos do Terreiro do Paço e da Engenharia Oficial. A partir de 1860, com a Lei de 9 de Agosto, é autorizado o começo das obras e com festejos se traduziam o entusiasmo da população. Porém, depois de séculos à espera dessa construção ela surge no momento em que as exportações da laranja estão a declinar ano após ano e que para além dos gastos na tentativa de eliminar o insecto devastador das laranjeiras, o Governo é autorizado a contrair um empréstimo para a construção da doca no valor de 600 contos de réis. Para financiar a sua construção, ou seja, para a respectiva amortização, foram criados

⁵¹ Para protecção dos ventos e dos temporais que muitas vezes surgiam na ilha.

⁵² O ancoradouro tinha apenas três farolins a azeite permitindo apenas o acesso de embarcações os barcos de boca aberta. Cf. Hugo Moreira, “O porto artificial e os engenheiros ingleses”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, nº 3, 1º semestre, Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, 1995, p.18.

⁵³ Rennie tinha enorme prestígio como membro da Real Sociedade de Ciências de Londres e presidente da Associação de Engenheiros Civis da Grã-Bretanha. Era muito famoso pelos trabalhos que efectuou nos portos ingleses. Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel nos Açores, na 2ª metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, 2007, p. 320. (Policopiado).

⁵⁴ Idem, p. 6.

vários impostos, nomeadamente 10 % de direitos sobre a exportação de laranja, 1,5 % sobre outra exportação e importação da ilha e 10% sobre os direitos cobrados pela Alfandega de Ponta Delgada. Sabe-se que foi ideia de José do Canto criar esse imposto sobre a laranja para custear as obras. Já algum tempo antes do início das obras do porto escreveu ele uma *Memória sobre a possibilidade, e utilidade da construção d’ um Molho em Ponta Delgada*, que mostra interesse que a ilha se desenvolva e que faça parte do mundo⁵⁵.

Em 1862 é lançada a primeira pedra para a construção da doca. Contudo, um ano depois existem ainda algumas questões pendentes, nomeadamente a alteração do plano de Mr. Tucker⁵⁶. Assim, John Rennie modificou o plano anterior levando “... um pouco mais para o mar o braço que actualmente está edificado, e depois de voltar, em lugar de parar quasi defronte do caes novo, continua-lo por defronte da cidade, e vir-lhe deixar a entrada quasi defronte do castello de S. Pedro”⁵⁷. Desta forma, haveria um alargamento do porto com uma entrada acessível em qualquer estação do ano, ao contrário do plano de Tucker. A facilidade de entrada e a segurança são dois requisitos indispensáveis que recomendam um porto, por isso não havia que hesitar quanto ao projecto de Rennie.

Em 1866 Rennie demite-se por ser acusado de encomendar material muito caro passando a direcção técnica das obras para vários engenheiros portugueses que estudam, experimentam e alteram os projectos elaborados para a realização da obra do porto de Ponta Delgada, conforme orientava a experiência, até se concluir um plano que melhor aproveitasse das condições de que despunha a cidade.

Assim, em 1887 foi executado um novo projecto, digno de elogios, modificando o sistema de trabalho até àquele ano, que apresentava inconvenientes, corrigindo “o perfil do quebra-mar (...), os enrocamentos foram coroados por um muro de abrigo de 10 metros de largura acima da baixa-mar... propunha-se no mesmo projecto que o maciço fosse desde do fundo do mar até 5 ou 6 metros abaixo da baixa-mar feito com barcaças, empregando-se, porém, pedras com as dimensões proporcionadas ao local e profundidade a que eram

⁵⁵ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho... ob. cit.*, p. 5.

⁵⁶ Em 1838 Rennie, por não se poder ausentar de Londres, tinha delegado o seu ajudante, o engenheiro Tucker, de vir a Ponta Delgada estudar a possibilidades da construção de um porto, tendo o mesmo desenhado um projecto da doca. Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho ..., ob. cit.*, p. 6.

⁵⁷ Carta particular de José do Canto. Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, subsídios para a história micalense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 132.

destinadas”⁵⁸. Por outro lado, propunha-se um aumento do molhe para 1.200 metros de comprimento e mais largura na entrada da doca. Para a conclusão do porto artificial de Ponta Delgada, a empreitada foi atribuída a engenheiros franceses, designadamente a Combemale e Michelin. Contudo, devido aos temporais de Dezembro de 1887 e outro devastador em 1894 no dia de Nossa Senhora da Conceição, que fizeram imensos danos nas obras já executadas, os franceses já não quiseram terminar a construção e exigiram a anulação do contrato, criticando que não havia condições nos Açores para suportarem um molhe devido aos seus temporais.

Para execução de conclusão das obras do porto artificial de Ponta Delgada os trabalhos foram entregues à Firma Philipp Holzmann, Aktiengesellschaft em 1937 e o porto só foi inaugurado no Verão de 1964 embora com alguns acabamentos finais em Outubro do mesmo ano, nomeadamente o prolongamento da muralha do quebra-mar e da sua cabeça para posteriormente servir de farol.

Segundo uma análise de Hugo Moreira “nos últimos anos os pequenos navios de vela que vinham a S. Miguel carregar laranja nos meses de Novembro a Maio para Inglaterra e países do norte da Europa, estavam a ser substituídos por outros maiores e a vapor... O movimento do porto aumentara substancialmente na última década...”⁵⁹.

A construção do porto de Ponta Delgada enfrentou um processo demorado e os seus projectos vão sendo alterados e modificados ao longo dos anos, passando por empreiteiros ingleses, portugueses, franceses e alemães. Apesar da escassez de capitais, grandes temporais, entre 1864 e 1894, prejudicam o molhe provocando devastadores estragos nos trabalhos da obra já realizados, obrigando à sua reconstrução e, para além disso, criaram a morte de muitos tripulantes.

As obras só foram concluídas em finais do século XX e já o comércio de laranja tinha perdido o seu auge. Contudo, a construção do porto de Ponta Delgada teve um papel fulcral na criação de emprego dado o excesso de mão-de-obra que predominava na ilha. Esta cultura trouxe muito desenvolvimento à cidade micalense e arredores, não só com a

⁵⁸ Cf. F. P. da Almeida Langhans, *Ofícios antigos subsistentes nas ilhas dos Açores, ilha se S. Miguel*, colab. Sílvia de Azevedo, António Manuel Soares de Azevedo, [S. l.: s. n.], 1990, p. 353.

⁵⁹ Cf. Hugo Moreira, “O temporal de Nossa Senhora da Conceição e as vicissitudes da construção de um porto”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, nº 2, 2º semestre, Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, 1994, p. 19.

construção do porto, mas também com a edificação de casas apalaçadas e com a construção de “quintas” de laranjas, cujo seu interior era caprichosamente trabalhado.

1.3. A construção das quintas de laranja

No decorrer do século XVIII e XIX foram surgindo e aumentando os laranjais, tanto na cidade de Ponta Delgada e arredores, como na Lagoa, Vila Franca e Ribeira Grande, reproduzindo-se de ano para ano em grande escala, constituindo a maior fonte de riqueza e alterando profundamente a paisagem da ilha.

Para se poder cultivar qualquer espécie citrina, as árvores teriam de estar protegidas contra o vento, por vezes ciclónicos, nevoeiro e influência do mar. Assim, como a laranjeira exigia terrenos baixos, no litoral e zonas abrigadas, as “quintas” eram rodeadas de muros de pedra sobreposta de três/quatro ou mais metros de altura, divididas em “quartéis” rectangulares de aproximadamente 14 ares, contendo em cada quartel entre 16 a 25 citrinos. Os muros protegiam também os pomares das façanhas dos ladrões e a entrada dos gados, que para além da sua altura, eram colocados pequenos pedaços de vidros partidos fixos com argamassa ao longo do cimo do muro. Ano após ano, foram sendo criadas, no interior das “quintas”, várias protecções contra os vendavais, foram plantados vários arvoredos, sendo o mais usual a faia e o incenso, circundando os pomares, que ainda hoje são utilizados como sebes e desenvolveu-se o cultivo dos pinhais que tinham a dupla função de abrigos e de matéria-prima para a confecção de caixas para o transporte da laranja. Era frequente verem-se as “ruas” traçadas nas “quintas” com plantas ornamentais, tais como camélias, azáleas, entre outros. Os elevados muros das “quintas” foram construídos com a pedra vulcânica que cobria o terreno na região central da ilha, permitindo, assim, limpar o solo da acumulação da pedra. Segundo os testemunhos do capitão Boid, ele descreve os arredores da cidade como “... enorme sucessão de altos muros de pedra que encerram os jardins, as quintas, e as residências dos morgados (...) contrariando abertamente a ideia que fazia de uma terra onde abundavam frutos doirados”⁶⁰. Em contrapartida, em notas deixadas na sua visita aos Açores, Joseph Buller elogia as nossas laranjeiras, “... dizendo bem se pode fazer uma ideia da deliciosa

⁶⁰ Cf. Captain Boid, *A Description of the Azores, or Western Island*, Londres, Edward Churton, 1835, p. 123-124. Cit. por Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel: 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Ed., 2000, p. 58.

paisagem micaelense, imaginando-se as árvores de Dargle como majestosos arbustos carregados de laranjas...”⁶¹.

Em São Miguel existiram diversos tipos de “quinta”, desde as “chamadas quintas plantadas em biscoito, quinta plantada em terreno votado anteriormente à vinha, quinta e vinha, quinta de terra de pão...”⁶².

Contudo, para beneficiar de uma “quinta”, com as exigências necessárias na preparação dos terrenos para o cultivo do citrino, eram imprescindíveis grandes quantias monetárias por parte dos proprietários, o que muitas vezes os levava a arrendar ou hipotecar parte das suas terras ou fazer empréstimos para iniciar a exploração da cultura da laranja. Deste modo, terra, capitais e iniciativa eram indispensáveis para criar uma “quinta”. Segundo Fátima Sequeira Dias constatou-se que aproximadamente em 40 anos, nomeadamente entre os anos 30 e os 70 do século XIX, assistiu-se a uma intensa passagem de propriedade de “terra de vinha” com plantações de laranja ou “quinta de árvores novas”⁶³. Quanto mais antiga fosse a laranjeira, havia maior produção e conseqüentemente melhor qualidade. Para além das laranjas e limões nessas “quintas” também se produziam goiabas, cidras, etc, mas apenas para consumo dos locais.

As “quintas” geraram grandes fontes de riqueza e por isso “... ficou a dizer-se que arranjou uma quinta quem conseguiu alcançar bons meios de fortuna: que encontrou uma quinta quem contraiu matrimónio com mulher rica, ou obteve um emprego chorudo”⁶⁴.

Os senhorios esmeravam-se em ter as “quintas”, muitas com jardins, banquetas de pedra, mirantes e torreões, fazendo delas deslumbrantes recintos pela interferência da flora decorativa, pelo delineamento dos arruamentos e alamedas com sombras confortáveis e pela construção de tanques. As árvores eram plantadas em filas regulares com uma distância entre elas de sete a nove metros e todos os anos eram podadas e limpas das pragas. As “quintas” pareciam um *relicário* tratado com todos os cuidados e requintes, traduzindo-se no orgulho dos seus proprietários.

Nos arredores de Ponta Delgada vários visitantes ficavam impressionados com a interminável sequência de muros de pedra que circundavam as “quintas” de laranja e à face

⁶¹ Cf. Joseph e Henry Buller, *Um Inverno nos Açores e um Verão no vale das Furnas*, trad. João Hickling Anglin, Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2ª ed, 1986, p. 10. Cit. por Luís Bernardo Leite de Ataíde, “Joseph Bullar Artista”, In *Insulana*, volume V, nº 1 e 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1949, p. 37.

⁶² Cf. Fátima Sequeira Dias. *Os Açores ... ob., cit.* p. 28.

⁶³ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”...”, *ob. cit.*, p. 192.

⁶⁴ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, arte ... ob. cit.*, p. 215.

da rua encontrava-se um amplo portal de acesso ao interior da “quinta”. Segundo Isabel Albergaria os portais⁶⁵ eram compostos, em geral, “de uma construção rectangular em alvenaria com cinco metros de altura, com um arco de volta inteira e moldura simples de basalto rematando numa aduela saliente. Enquadrando o arco aparecem duas ou mais pilastras de leve ressalto que terminam em capitéis toscos, incorporados no entablamento...”⁶⁶. Tais portais, de lavoura simples ou requintada, eram embelezados com a valiosa arte do lavrante de pedra com faixas, painéis datados, vãos com recortes rendilhados e rematando o arco encontrava-se um “encristado de pirâmides”⁶⁷. “Este arco de aspecto triunfal (...) já hoje incompreendido pelas gerações novas que (...) nada mais encontram a não ser terrenos banais de cultura corriqueira, esse fantasma de aspecto vetusto e fisionomia torturada (...) é na verdade, a derradeira reminiscência de uma fase fecunda da exploração agrícola de S. Miguel”⁶⁸.

Por outro lado, nas “quintas” havia um espaço habitacional onde os seus donos passavam apenas o verão, feriados e domingos. Nalgumas “quintas” elevavam-se mirantes e torreões com vista sobre o mar, que tinham entre vários objectivos desfrutar da vista, bem como ver os barcos a chegar, permitindo, deste modo, que os produtores da laranja pudessem colocar o citrino no cais do porto quase em simultâneo com a chegada dos barcos, o que “... oferecia grandes vantagens ao negociante da laranja, que podia permitir colher a fruta e embarcá-la prontamente sem sofrer as delongas e a deterioração a que estava sujeita a dos seus concorrentes menos afortunados”⁶⁹.

No decurso do século XIX a construção dessas novas estruturas vem trazer uma alteração da paisagem humanizada da ilha de São Miguel, restando apenas alguns pórticos, mirantes e torreões dessas “quintas” espalhados pela ilha que marcam uma era da riqueza regional.

E quem seriam os proprietários dessas “quintas”?

⁶⁵ Batia-se com força esses portões para que os homens pudessem ouvir ao longe o chamamento, daí a expressão quem bate com força a uma porta fê-lo como se tivesse batido com um portão de “quinta”. Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, arte ... ob. cit.*, p. 217.

⁶⁶ Cf. Maria Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques... ob. cit.*, p. 59.

⁶⁷ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, “Os portais das velhas quintas”, in *Os Açores - revista ilustrada*, Ano II, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda., 1928, p. 15.

⁶⁸ Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, arte... ob. cit.*, p. 160.

⁶⁹ Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja ... ob. cit.*, p. 54.

1.4. A sociedade micalense e os tempos de prosperidade

O comércio e a exportação da laranja proporcionaram aos açorianos um período de optimismo até aos anos 70 trazendo novos costumes, produtos e mentalidades à sociedade micalense, que exibia o seu poder económico, proveniente dos lucros deste negócio, com a construção de magníficas habitações apalaçadas de estilo arquitectónico inglês e jardins exóticos de gosto romântico, com espécies vegetais raras, que ostentavam luxo, entre os senhores proprietários das “quintas” de laranjas, assim como no hábito de “*uso de tecidos e mobílias de gosto predominantemente inglês*”⁷⁰ que os barcos traziam de Inglaterra para os locais e carregavam de laranja⁷¹.

O opulento comércio do citrino e a instrução formou grupos sociais e muitos filhos de comerciantes ou proprietários de terras, designadamente aqueles que conquistaram títulos durante o liberalismo ou que enriqueceram com o negócio do citrino, tornam-se “senhores” e ascendem na pirâmide social. São os chamados a “nova nobreza”⁷², ou seja, os burgueses ricos que acabaram por se juntar à aristocracia terratenente⁷³. A posse da terra concedia-lhes superioridade e poder e o hábito de viagens frequentes ao estrangeiro, de lazer e de negócios, também se impôs como distinção social. Conviviam e festejavam com os amigos e familiares, exibindo as esposas e as filhas as últimas modas que traziam do exterior, procuravam oferecer uma educação cosmopolita aos filhos e tinham o costume de veranejar nas “quintas” dos arredores da cidade. É necessário ter em conta que a riqueza desses proprietários estava ligada à alta produção dos terrenos, ao clima favorável e ao baixo vencimento do trabalho, dada a abundância de braços. Conforme nos indica Susana Serpa Silva, na sociedade de oitocentos as classes dominantes

⁷⁰ Cf. José Maria Teixeira Dias, *A História do Povo Açoriano*, prefácio de Emanuel Jorge Botelho, Ponta Delgada, Publicor, 2011, p. 159.

⁷¹ Em 1813 os barcos que vinham de Inglaterra traziam produtos de elevado valor, desde aço, azeite de oliveira, azeite de peixe, chapéus, couros, ferro, linho, loiça, meias de seda, panos de algodão, panos de lã, pregos, queijo, sal, sola, tecidos de seda e vidros, que eram adquiridos por morgados e ricaços. Cf. Artur Teodoro Matos, *Achegas para a história económica e social da ilha de São Miguel no ano de 1813*, Separata da Revista *Arquipélago*, série Ciências Humanas, nº1, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, s/pág., Quadro V, “Importações da ilha de São Miguel em 1813”, 1979. s/p.

⁷² Cf. José Maria Teixeira Dias, *A História do Povo ... ob. cit.*, p. 185.

⁷³ Cf. Maria Isabel João. *Os Açores no século XIX... ob., cit.* p. 168. Cit. por Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 45.

distinguiam-se pela dimensão da sua cultura a nível material, bem como pelos seus comportamentos, atitudes e gostos⁷⁴.

Segundo Francisco Maria Supico, as línguas estrangeiras, inglês e francês, principalmente a primeira era considerada como imprescindível para a boa educação, tendo em conta a forte presença de estrangeiros na ilha. Acrescenta ainda que além de saberem falar esses idiomas ou uma delas, as senhoras não eram consideradas suficientemente educadas se não desenhassem, cantassem, tocassem piano e não bordassem⁷⁵.

Contudo, o crescimento económico não abrangeu todos os habitantes das ilhas de igual modo e muitos encontravam-se na necessidade de emigrar, na ansiedade de uma melhor vida. Segundo Fátima Sequeira Dias, um folheto com data de 1875 aponta as causas do êxodo, como a falta de trabalho, os jornaleiros ou os operários não conseguiam manter-se, quanto mais sustentar as suas famílias com o que ganhavam, os trabalhadores, as mulheres e os filhos andavam descalços e quase nus, com muitas carências alimentares⁷⁶. Era nesse contexto que se encontravam o povo, isto é, numa vida miserável de pobreza e de ignorância.

É notável o profundo contraste social na ilha de São Miguel, na medida em que um pequeno grupo de famílias de proprietários e negociantes que conseguiam satisfazer as suas necessidades básicas, adicionadas com alguns luxos em períodos festivos, contrastava com uma vasta população muito pobre e ignorante que tinha uma vida penosa de trabalho com grandes carências e miséria, dada a incerta remuneração, pois “... a riqueza ia para as mãos dos donos das “quintas”, dos agentes, dos exploradores, mas deixava de mãos vazias os rendeiros das terras, os artífices, os camponeses a dias...”⁷⁷. Esta situação não melhora com o passar do tempo e comprovando isso está a constante emigração, exceto com a construção do porto de Ponta Delgada que, por um curto espaço de duração, baixou o êxodo quando puderam empregar milhares de pessoas nas suas obras.

Muitos dos visitantes estrangeiros que passaram pela ilha de São Miguel salientaram a importância do comércio da laranja para a economia insular, mas não deixaram de referir a existência do atraso e de profunda pobreza da população. “Para eles o

⁷⁴ Cf. Susana Serpa Silva, “Aspectos da vida social e cultural micaelense na 2ª metade do século XIX”, In *Arquipélago-História. In Memoriam Ernesto do Canto*, volume IV, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 300.

⁷⁵ Cf. Francisco Maria do Supico, *Almanach do Archipelago dos Açores para 1866*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, p.7. Cit. por Manuel Ferreira, *O explorador micaelense... ob. cit.*, p. 41.

⁷⁶ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Os Açores...ob. cit.*, p. 59 e 60.

⁷⁷ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, subsídios ... ob. cit.*, p. 103.

atraso destes povos devia-se à política miserabilista do governo, à influência “funesta” do clero, ao sistema dos morgadios e à falta de vias e meios de comunicação”⁷⁸. Segundo Fátima Sequeira Dias, essa pobreza ocorria da “ (...) má distribuição da propriedade, do arcaísmo e rudimentaridade das técnicas agrícolas, do peso excessivo de impostos e contribuições, da injustiça do recrutamento militar, do marasmo e rotina do sector industrial e artesanal, da falta de luzes da instrução pública, da dificuldade em estabelecer comunicações entre os povoados (...) e, desde finais de oitocentos, da contrariedade das moléstias que atingiam as principais culturas agrícolas...”⁷⁹.

Os irmãos Bullar verificaram profundas transformações no decurso de 20 anos com a progressão do comércio da laranja. Segundo eles outrora quase não havia cadeiras sentando-se as pessoas no chão de pernas cruzadas ou num “estrado” coberto com um tapete; os morgados eram desarranjados e sujos, quase não havia carruagens e o analfabetismo era elevado em qualquer classe, sendo invulgar os que sabiam ler e escrever correctamente. Porém, com o passar dos anos as pessoas, exceptuando os pobres que constituíam 90% da população da ilha, olhavam através de janelas de vidros e sentavam-se em cadeiras, andavam de carruagens, as ruas encontravam-se limpas e os morgados usavam chapéus redondos, bengalas (substituindo o tricórnios e a espada) e vestuário de “homem civilizado”, isto é, importavam modas femininas de Paris e trajes masculinos de Londres, sendo raro o analfabetismo entre os ricos⁸⁰.

As habitações mais pobres estavam longe de serem cómodas. No último quartel do século as residências eram, em geral, construídas de pedra basáltica, de um só piso, chão térreo e algumas janelas já possuíam vidros. As refeições eram constituídas por batatas, couves, feijão, pão de milho, peixe e pouca carne. As senhoras idosas andavam de lenço na cabeça e as crianças desarranjadas corriam pelas ruas com apenas uma camisa ou todas nuas o que transmitia a ideia de um atraso em S. Miguel. Contudo, apesar das observações sobre a ignorância dos açorianos, estes eram considerados “ (...) como gente alegre que amava “a música, a dança, as representações teatrais, as reuniões de máscaras,

⁷⁸ Cf. B.P.A.P.D. – F.J.C.P.D., *Processos Penais*, Maço nº 3, Processo 230. In Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça ... ob. cit.*, p. 43.

⁷⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A economia da laranja” ... *ob. cit.*, p. 10.

⁸⁰ Cf. Joseph e Henry Buller, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Tradução João Hickling Angling, 1959. Cit. por Manuel Ferreira, *O explorador micalense ... ob. cit.*, p. 47.

as loucuras do carnaval, as cavalcadas, as corridas de touros” e as festas do Espírito Santo (...)⁸¹.

Em contrapartida, não foi só São Miguel que beneficiou com a produção e exportação dos citrinos. Inglaterra também foi favorecida com “o grande impulso que o comércio da laranja deu à construção naval e à formação de tripulações competentes”⁸² sem, contudo, esquecer dos benefícios para a saúde que a laranja acarreta.

O comércio do citrino concedeu riqueza para uma parte da população afirmando uma elite burguesa micaelense. Porém, no decorrer dos anos, o comércio da laranja deparou-se com diversos flagelos que foram atingindo o fruto levando à sua decadência em finais do século XIX.

1.5. O declínio da “economia da laranja”

Em 1834 surgem os primeiros indícios da decadência da laranja, com a doença chamada “lágrima” ou “gomose” com tendência a danificar a qualidade do fruto e contaminando grandes áreas de plantação dos laranjais. Por outro lado, em 1838 apareceu um insecto, o *coccus hesperidum* vulgarmente conhecido por cochonilha e designado por “o bicho da laranjeira”, que se desenvolvia em grandes quantidades e sem remissão possível, introduzido nos Açores, através de limoeiros enviados ao cônsul americano na ilha do Faial e alastrando-se mais tarde às restantes ilhas do arquipélago destruindo, assim, os laranjais e causando perdas incalculáveis.

Alarmados com o problema reuniram-se vários esforços e tentativas para combater o parasita. Em 1843 a Consulta da Junta Geral da Horta atribuía um prémio a quem descobrisse os meios de eliminar o insecto destruidor do citrino, mas os métodos de combater o “bicho” são desconhecidos. Os mais entendidos na matéria aconselhavam o corte dos ramos murchos ou a extracção das laranjeiras contaminadas, porém tratava-se de um procedimento pouco significativo. Conforme nos indica Manuel Ferreira “foram ensaiadas várias caldas e desinfecções, mezinhas e mistelas, dadas a pincel e à bomba de jacto contínuo, com recurso à aplicação da cal de pedra, derregada em sebo e outros

⁸¹ Cf. Susana Serpa Silva, “Aspectos da vida social ...” *ob., cit.* pp. 308-309.

⁸² Cf. *Laranjas, Dickens e São Miguel: a propósito...*, *ob. cit.*, p. 17.

ingredientes oleosos, na base de alcatrão, enxofre em pó e potassa, azeite doce, sabão e petróleo – à escolha do freguês”⁸³ e o prejuízo foi se desenvolvendo.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada em 1844 publica legislação contra o insecto e faculta um ano depois, uma verba para combater a praga sendo esta gerida por uma comissão, chefiada pelo Barão das Laranjeiras, que apresentava relatórios, contas e comunicados na imprensa açoriana. São postos alguns métodos em prática na esperança de extinguir a referida praga, alguns mais eficazes que outros “(...) mas o descrédito era generalizado, em relação a esses “remédios”, soluções (...)”⁸⁴. Em 1852 a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, extingue a referida Comissão e declara que, no decorrer dos tempos, desembolsou grande capital, mostrando-se ineficazes, até à data, as aplicações de combate ao insecto.

Em 1859 o relatório do Governador Civil de Ponta Delgada afirmava que o insecto destruidor, o *coccus hesperidum*, ainda aparecia nos nossos laranjais, “(...) mas não com aquelle exterminador caracter que por tantos annos os devastou”⁸⁵ verificando-se e o mesmo nos anos de 1860/61.

Contudo, na década de 70 as pragas atacam com toda a força os pomares, acarretando grandiosa destruição e partir daí a produção declina sendo insignificante a sua exportação nos últimos anos.

No decorrer dos anos assistiu-se também a uma crescente diminuição da qualidade do citrino. Os exportadores aumentam, ano após ano, cada vez mais a produção e a exportação de laranjas para Inglaterra com vista à obtenção do lucro rápido e descuidam a qualidade do fruto, que antes tanto destacava a laranja micalense. Esse desleixo deve-se a diversos factores, desde a não selecção da fruta caída do chão, à ausência dos devidos cuidados na sua produção, à colheita fora de época, “chegando-se mesmo a mandar laranja toda ella era casca (...)”⁸⁶. A quantidade sobreponha-se à qualidade de tal forma que a sua abundância provoca drasticamente a redução de preços a partir dos anos 60. Em 1872 o cônsul português em Bristol sugere aos exportadores

⁸³ Cf. Manuel Ferreira, *O explorador micalense... ob. cit.*, p. 54.

⁸⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” ... ob. cit., p. 235.

⁸⁵ Idem, p. 236.

⁸⁶ Cf. O Cultivador, nº 16, 15 de Abril de 1874, p. 442. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”... ob. cit., p. 199.

açorianos “a não inundarem os mercados britânicos de laranja, sob pena de os preços baixarem e os lucros não serem tão compensadores”⁸⁷.

Por outro lado, os importadores da Grã-Bretanha queriam receber a fruta bem comprimida nas caixas para pagar menos, uma vez que os direitos de importação em Inglaterra eram elevados, isto é, cada caixa leva em média ente 400 a 500 laranjas e aquelas que se destinavam à Inglaterra levavam uma média de 750 laranjas. Assim, a laranja açoriana chega bastante danificada e com um aspecto pouco aceitável, o que viria “(...) a penalizar, irremediavelmente, a fama da *Saint Michael Orange* no mercado britânico”⁸⁸.

Até 1870, ainda que de se agravassem os sintomas da decadência da produção do citrino, a exportação da laranja continua a prosperar favoravelmente, embora seja de calcular as destruições de várias colheitas. A partir daí o declínio da laranja acentuou-se até ao “golpe final” diante da concorrência da laranja de Valência e de Múrcia com a sua boa aparência e que se encontrava mais próxima da Europa, logo com menos despesas de transporte para Inglaterra.

Alguns autores situam o início da decadência em 1877, em que a “agredida” laranjeira pelo insecto *coccus hesperidum*, pela “lágrima”, ou “gomose”, e por uma nova doença que surgiu no tronco do fruto, trazem a sua queda prematura tornando-as improdutivas e levam os cultivadores a arrancá-las, provocando uma enorme devastação e deixando o campo livre para outras culturas. “Metia uma verdadeira dor de alma, de lágrimas nos olhos, como se fosse a morte de uma pessoa querida, ver arrancar e queimar milhares de árvores seguidas, que tinham sido o maior orgulho e tesouro de S. Miguel”⁸⁹. Neste sentido, os efeitos da crise fazem-se sentir também sobre as taxas da emigração na ilha de São Miguel em finais do século. Por outro lado, as matas de pinheiros que se destinavam ao fabrico de caixas para as laranjas, encontravam-se sem destino e são cedidas a pastagens.

A carência de portos e de farolização, como já foi dito, fazendo com que seja mais arriscado navegar nos Açores, provocando demoras no carregamento da fruta dado os frequentes temporais; a distância e risco das viagens nos barcos, que os exportadores dão preferência aos veleiros por serem menos dispendiosos e a compressão da fruta nas caixas,

⁸⁷ Cf. Maria Isabel João. *Os Açores... ob., cit.* p. 104.

⁸⁸ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja”... *ob. cit.*, p. 206.

⁸⁹ Cf. Manuel Ferreira, *O explorador micaelense ... ob. cit.*, p. 60.

que optam pela quantidade em vez da qualidade, chegando a laranja açoriana muitas vezes podre aos mercados de destino e com um aspecto pouco admissível, contribuem, deste modo, para a perda da competitividade e consequente diminuição nos lucros e decadência da cultura da laranja Açoriana.

Na realidade, já há muito tempo vinham os agricultores antevendo essa diminuição da exportação do citrino e desde logo empenharam-se na substituição de outras culturas alternativas, designadamente o tabaco, chá, beterraba, ananás, batata-doce e espadana, sustentando a nossa actividade comercial até quase os dias de hoje. Em 1843 é fundada a *Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense* (SPAM) que publicava o jornal *O Agricultor Micaelense*, tendo como redactor principal António Feliciano de Castilho, dando lugar, vinte anos mais tarde, ao jornal *O Cultivador* e depois ao *Agricultor Açoriano*. A referida associação, primeira Sociedade de Agricultura de Portugal, tinha como finalidade promover o desenvolvimento e defesa dos interesses da agricultura açoriana. Para além da publicação do periódico, os promotores da Sociedade organizavam formações, criaram viveiros com espécies a introduzir em S. Miguel, um banco rural para financiamento exclusivo, difundiram conhecimentos vantajosos entre agricultores da ilha de São Miguel, estabeleceram contactos com associações semelhantes em Inglaterra, França e Bélgica e traduziram periódicos científicos. Esta SPAM surgiu particularmente como meio de defesa, de informação e de solução de problemas que diziam respeito à produção e comercialização da cultura da laranja, nomeadamente quer da falta de organização, quer do apetrechamento portuário e ainda das doenças que agrediram os citrinos. Foi no seio desta Sociedade que José do Canto propôs, em 1848, a introdução da cultura do tabaco, como substituto para os cereais, cuja exportação declina, sendo fundada a Fábrica de Tabaco Micaelense em 1866 por José Bensaúde, José Jácome, Clemente Joaquim da Costa e Abraão Bensaúde. Em 1878 a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense manda vir a S. Miguel dois especialistas da China para introduzir a cultura do chá. Progride também a cultura do ananás, que já em 1874 começa a ser produzido em grande escala e a ultrapassar a exportação de laranja para Inglaterra e para a Europa. Uma década depois a exportação de ananases cresce para 16 000 frutos, possuindo a ilha 40 000 plantas. Em 1884 é fundada a primeira fábrica de destilação de álcool na Lagoa e José Jácome cultiva espadana e monta uma oficina para desfibramento da folha exportando

posteriormente o material têxtil para a Inglaterra e Porto para serem fabricadas cordas e tecido grosseiro.

Assim, em finais do século XIX a época da laranja encontra-se definitivamente terminada e a economia totalmente reconvertida cedendo lugar a outras culturas, deixando na memória dos Açorianos uma era de grande prosperidade económica. Nas palavras de Carreiro da Costa, a “economia da laranja” “constituiu para os Açores uma época singular, a deduzir da extensão e da multiciplidade dos laranjais, do modo cuidado como estes se apresentavam, do aparato dos seus portais, do encanto das alamedas, dos abrigos, do gosto dos seus mirantes, da alegria que se desprendia dos ranchos da apanha, da azáfama com que se seleccionavam e encaixotavam os frutos (...) do grande número de burros que se ocupavam nos transportes, etc., etc.”⁹⁰.

⁹⁰ Cf. Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978, p. 210.

Ponta Delgada “... é a maior cidade açoriana, com intensa vida industrial e comercial, agrícola e piscatória”⁹³.

Os Açores, situados no Oceano Atlântico, são constituídos por nove ilhas de origem vulcânica com temperaturas amenas e clima húmido com ventos ciclónicos, neblinas e chuvas constantes ao longo do ano que prejudicam as culturas e que são inconvenientes para a vida marítima⁹⁴.

No século XIX as ilhas apresentavam-se “mergulhadas num flagrante atraso industrial e técnico e marcadas por uma estrutura social arcaizante...”⁹⁵. Contudo, apesar das limitações insulares ao longo da centúria, a ilha de S. Miguel destacava-se das outras pela sua extensão, pela actividade dos habitantes, pela riqueza vegetal, pelo solo muito fértil e pelo seu desenvolvimento agrícola, manufactureiro e comercial, sendo a mais povoada e a mais rica⁹⁶. Esta ilha com cerca de 66 Km de comprimento e uma largura entre os 7 aos 15 Km⁹⁷ é formada com os materiais derivados das grandes erupções. “Picos cobertos de pedras volcánicas, areias, cascalho, e pedras pomes, encontram-se com facilidade em toda a ilha...”⁹⁸. Destes picos corriam lavas que cobriram grande parte do terreno “até que o genio laborioso povo d’esta ilha, aproveitou estes terrenos cobertos de lava, principalmente os contínuos ao mar, para formarem belos vinhedos, achando-se hoje muitos d’estes biscoutos (...) cobertos de espessas mattas ou com boas quintas de laranjeiras”⁹⁹.

Apesar dos fluxos emigratórios a população açoriana não cessou de crescer desde o século XV¹⁰⁰. No século XIX a população dos Açores aumentou suavemente, relativamente ao território português¹⁰¹. Embora lento e em pequena escala, esse aumento demográfico deu-se devido aos progressos na agricultura, industria e medicina. Entre os

⁹³ Cf. José Rodrigues Ribeiro, *Dicionário Corográfico dos Açores*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1979, p. 216.

⁹⁴ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio e exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 55-56.

⁹⁵ Idem, p. 56.

⁹⁶ Cf. Júlio Máximo Pereira, *Dos Açores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p.14. Cit. por Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio ... ob. cit.*, p. 57.

⁹⁷ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio ... ob. cit.*, p. 57.

⁹⁸ Cf. Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, Tipografia de Manoel Corrêa Botelho, 1869, p 97.

⁹⁹ Idem p. 97.

¹⁰⁰ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio... ob., cit.* p. 58.

¹⁰¹ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 28.

anos de 1835 a 1900 há um aumento de 202.378 para 256.291 habitantes, enquanto que no Continente observa-se um crescimento de 3.264.252 para 5.423.132 pessoas¹⁰². De acordo com Maria Isabel João, a população açoriana aumentou gradualmente até ao ano de 1878, registando-se uma taxa negativa até 1890, voltando a subir numa pequena escala nos últimos anos da centúria¹⁰³, como podemos verificar a evolução da população através da figura 4:

Figura 4 – Evolução da população dos Açores entre 1801 e 1900

Ano	Número de indivíduos
1801	183.400
1841	223.985
1854	237.751
1858	240.113
1861	240.548
1864	248.028
1878	259.800
1890	255.594
1900	256.291

Fonte: Maria Isabel João, *Os Açores... ob. cit.*, p. 37

Segundo a mesma autora, essa quebra populacional deveu-se à forte corrente emigratória provocada pelo declínio da economia da laranja, devido ao arruinamento dos citrinos e consequente crise agrícola que se seguiu.

Por outro lado, associam-se factores que vão desde “à má distribuição da terra, à grande quantidade de terras incultas e ao arcaísmo das técnicas agrícolas contribuíram para que, desde aos alvares do povoamento do arquipélago, a emigração fosse elevada”¹⁰⁴. Conforme refere Susana Serpa Silva terão representando ainda algumas limitações ao crescimento populacional insular “as lutas liberais da primeira metade do século e alguns surtos epidémicos na segunda metade do mesmo”¹⁰⁵.

¹⁰² Cf. José Maria Teixeira Dias, *A História do Povo Açoriano*, prefácio de Emanuel Jorge Botelho, Ponta Delgada, Publiçor, 2011, p 181.

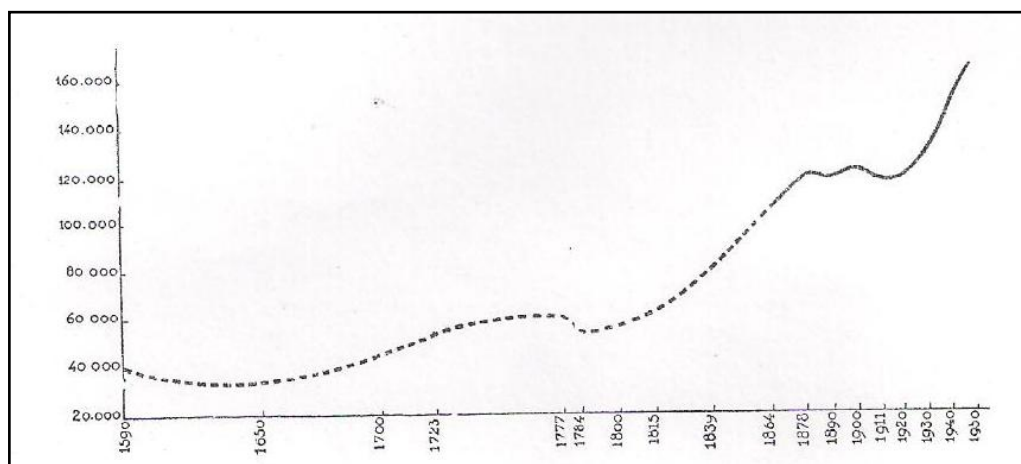
¹⁰³ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX ... ob. cit.*, p. 28.

¹⁰⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias, “O porto de Ponta Delgada e o comércio micaelense entre 1821 e 1825”, In *Arquipélago-História*, 8, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, pp. 9 e 10.

¹⁰⁵ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio... ob. cit.*, p. 60.

O aumento de população açoriana difere de ilha para ilha, e S. Miguel destacava-se das outras apresentando valores que foram determinantes na média global do arquipélago,¹⁰⁶ apesar dos fluxos emigratórios. Podemos ver a evolução da população micalense através da figura 5:

Figura 5 – Evolução da população micalense entre 1590 a 1950



Fonte: João de Medeiros Constância, “Quadro humano...” *ob. cit.*, p.10.

Em conformidade com Francisco Borges da Silva, no século XIX, a população micalense sofreu várias crises geradas por correntes emigratórias, motivadas pela procura de melhores condições de vida, designadamente de trabalho, apesar da exportação da laranja ter ocupado muitos indivíduos e atenuado sensivelmente a emigração¹⁰⁷. No início e em meados de oitocentos a população emigrava para o Brasil,¹⁰⁸ em finais da década de 70, para as ilhas Sandwich e no final da centúria para os Estados Unidos da América do Norte¹⁰⁹. Porém, apesar da emigração, de uma maneira geral, a população micalense encontrava-se em ascensão e isso pode ter resultado das taxas de natalidade e nupcialidade

¹⁰⁶ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio... ob., cit.* p. 60.

¹⁰⁷ Cf. Francisco Borges da Silva, “A população da ilha de S. Miguel nos princípios do século XIX”, In *Revista Michaelense*, Ano 2, nº 5, Ponta Delgada, Ayres Jácome Correia, 1919, p. 1260.

¹⁰⁸ Colónia portuguesa e haviam barcos contratados que vinham buscar os trabalhadores para explorações agrícolas. Cf. Francisco Borges da Silva, “A população da ilha de S. Miguel...” *ob. cit.*, p. 1260.

¹⁰⁹ Onde havia terras para trabalhar e empregos no âmbito da actividade fabril. Cf. Francisco Borges da Silva, “A população da ilha de S. Miguel...” *ob. cit.*, p. 1260.

elevadas e as taxas de mortalidade baixas¹¹⁰, ou ainda da fixação de imigrantes dada a prosperidade económica micaelense¹¹¹.

Uma análise por concelhos da ilha de São Miguel revela-nos que Ponta Delgada, ao longo da segunda metade do século XIX, aumentou de uma maneira geral, o seu peso populacional. Todavia verifica-se uma diminuição entre o ano de 1885 a 1896 que corresponde aos censos de 1878 e 1890,¹¹² altura de grande fluxo emigratório, como já referimos (Figura 6). Havia a tendência em residir no centro urbano, designadamente na cidade de Ponta Delgada e nas suas periferias, que atinge, nesse século, cerca de metade da população da Região açoriana¹¹³.

Figura 6 – População dos concelhos da ilha de S. Miguel (1852 a 1896)

Concelhos	População em 1852	População em 1866	População em 1885	População em 1896
Água de Pau	2.729	–	–	–
Lagoa	5.751	10.136	11.545	11.486
Ponta Delgada	31.932	32.086	50.959	50.576
Ribeira Grande	20.100	17.701	25.207	25.183
Capelas	9.246	–	–	–
Vila Franca	8.989	9.812	10.474	10.453
Nordeste	5.716	7.675	10.008	9.904
Povoação	10.917	10.155	10.986	10.909
Totais	95.430	85.565	119.179	118.511

Fonte: Francisco Borges da Silva, “A população da ilha...” *ob. cit.*, p. 1266. Cit. por Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio... ob. cit.*, p. 62.

Esta cidade, desde o século XVI, tornou-se num centro de actividades comerciais e industriais, depois de ter sido elevada a cidade, capital da ilha de São Miguel, concentrando-se aqui os poderes públicos, o comércio e muita população, assim como as

¹¹⁰ Cf. Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite (org.), *Achegas para a história dos Açores: do descobrimento ao século XX*, 2 volumes, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 165.

¹¹¹ Cf. Fátima Sequeira Dias, “O porto de Ponta Delgada...” *ob. cit.*, p. 10.

¹¹² Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio... op. cit.*, p. 62.

¹¹³ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores... ob. cit.*, p. 29.

mais importantes famílias¹¹⁴. Com isso, o crescimento da cidade foi avançado, provendo-se de importantes instituições governamentais, militares, económicas e religiosas, mas é no século XIX que se verifica um grande desenvolvimento citadino, principalmente a partir da segunda metade de oitocentos¹¹⁵.

A cidade de Ponta Delgada era a mais opulenta do arquipélago. Nas suas ruas encontravam-se os melhores estabelecimentos comerciais e casas amplas sendo o primeiro piso utilizado para lojas ou armazéns. As janelas dos pisos superiores tinham varandas de madeira, mas nas casas maiores viam-se varandas de ferro. Os edifícios eram caiados de branco ficando as cantarias na cor da pedra¹¹⁶. Nas palavras de Susana Serpa Silva, “alguns conventos (...) foram reconvertidos em reparações públicas (o da Conceição), em liceu e biblioteca (o da Graça) em quartel (o de S. João). Por meados do século, entre melhoramentos mais modernos, destacava-se a construção do cemitério de S. Joaquim, do mercado público e da penitenciária, à Boa Nova. Entre estabelecimentos de caridade, sobressaía a Misericórdia (...) um asilo de infância (...) e algumas associações de beneficência”¹¹⁷.

Contudo, Ponta Delgada comparada a outras cidades ocidentais manifestava um profundo atraso. Visitantes estrangeiros e nacionais que passaram pela ilha relatam que, apesar da prosperidade económica de São Miguel, se verificava um atraso devido à “falta de água canalizada, inexistência de rede de esgotos, falta de água nos meses de verão, ruas estreitas e sujas onde, lado a lado, circulavam animais e transeuntes, falta de iluminação nocturna, e aspecto prisional das grandes construções”¹¹⁸. “Eram inúmeras as dificuldades e atrasos nas reparações dos caminhos (...) na construção do cemitério, do mercado, da doca (...) e policiamento eficaz, embora ao longo da centúria algumas destas reivindicações se tenham concretizado”¹¹⁹. Todavia, o seu desenvolvimento foi devido ao intenso comércio marítimo e à construção do porto em finais do século XIX.

¹¹⁴ Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 39.

¹¹⁵ Idem pp.39-41.

¹¹⁶ Fátima Sequeira Dias, “Ponta Delgada, 450 anos de cidade”, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1996, p. 60 e 61.

¹¹⁷ Susana Serpa Silva, *Violência, desvio... ob. cit.*, p. 64.

¹¹⁸ Cf. Macaya d’Azevac, *Iles de l’Afrique*, Paris, Firmin Didot, Frères Editeurs, 1848, pp. 54 e 78. Cit. por Fátima Sequeira Dias, “O porto...” *ob. cit.*, p. 12.

¹¹⁹ Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 47.

Nessa altura, as freguesias situadas ao redor da cidade, principalmente a Fajã de Baixo, Arrifes e São Roque sofreram uma grande evolução populacional¹²⁰.

2.2. A Fajã de Baixo

A Fajã, que outrora abrangia as actuais freguesias de Fajã de Baixo e de Cima, formou-se na primeira metade do século XVI e devido à qualidade do seu terreno de foi um local onde se cultivaram muitas vinhas¹²¹ que eram propriedade dos moradores, da então vila de Ponta Delgada. Essas propriedades terão sido um factor que condicionou vagarosamente a fixação de habitantes e posteriormente o aparecimento de uma pequena povoação na Fajã¹²². Gaspar Frutuoso nas “Saudades da Terra” faz referência a esta freguesia da seguinte maneira: “Pela terra dentro, para o norte, um quarto de légua da cidade, antre as vinhas, está uma freguesia do lugar da Fajã, cuja igreja é da advocação de Nossa Senhora dos Anjos, ali mudada por a outra antiga se mandar derribar, por estar erma e longe. Tem trinta e seis fogos e almas de confissão cento e oitenta e duas, das quais são de comunhão cento e quarenta e uma; tem anexa uma ermida da Encarnação, perto”¹²³.

Em 1837 a Fajã foi dividida passando a existir a de Cima e a de Baixo¹²⁴, “de acordo com as características topográficas e com jurisdição separada”¹²⁵.

A sua actual igreja foi construída 1791, de estilo barroco com fachada tripartida e rica cantaria em basalto¹²⁶. Tem por orago Nossa Senhora dos Anjos e a sua festa é celebrada a 15 de Agosto todos os anos. Fazendo parte desta freguesia estão os lugares da Abelheira, Senhora da Rosa, Senhora dos Anjos e Egipto¹²⁷. A Fajã de Baixo, pitoresca

¹²⁰ Cf. João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem da Ilha de S. Miguel*, Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, volume III, nº 20, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963, p. 52.

¹²¹ Segundo João de Medeiros Constância, a cultura da vinha era cultivada preferencialmente em regiões baixas, à beira-mar e em terrenos de biscoito que facilitavam o calor e conseqüente amadurecimento da uva. Por isso, “desde logo se nota a habilidade do agricultor para a construção, na “Fajãs” de numerosos quarteis, separados uns dos outros muros de pedras que protegiam as videiras da acção eólica ...” Cf. João de Medeiros Constância, *Idem.*, p. 16.

¹²² Cf. João Carlos Macêdo, *Monografia ... ob. cit.*, s/pág.

¹²³ Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, livro IV, cap. XLII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, p. 183.

¹²⁴ Cf. B.P.A.P.D. – F.G.C.P.D., Livro 207, *Registo de quaisquer determinações da Prefeitura de Ponta Delgada-1834-1843*, pp: 33-35. Cit. por Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 34.

¹²⁵ Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 49.

¹²⁶ Gustavo Moura, Fajã de Baixo, In <http://www.culturacores.azores.gov.pt> (consultado em 17-04-2013)

¹²⁷ Cf. José Rodrigues Ribeiro, *Dicionário Corográfico ... ob. cit.*, p. 116.

freguesia, é uma “tradicional região de quintas ligadas à nobreza, em especial na Abelheira ...”¹²⁸. A sua actividade económica “poderá dividir-se em três fases distintas. Primeiro a vinha (XVI e XVII), depois a laranja (séculos XVIII e XIX) e por fim o ananás (séculos XIX e XX). Estas duas últimas actividades deixaram marcas profundas na arquitectura da freguesia e na sua estrutura física”¹²⁹. Nela verificam-se importantes instalações agrícolas para a produção de ananás micaelense. “Por esse motivo lhe chamam “O Solar dos Ananases””¹³⁰. Esse cultivo é feito em grandes estufas de vidro.

A sua paisagem além de estar coberta de estufas possui elegantes solares e um importante património imóvel de Ermidas. Nela encontram-se “algumas edificações dignas de notas como a Ermida de Santa Rita, mandada construir por Bernardo Gomes e sua mulher, Luísa de São Francisco, em 1765; a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, edificada em 1668 por Simão da Fonseca (...); a Ermida de Nossa Senhora do Loreto, mandada edificar em 1669 pelo Capitão Lourenço de Frias Coutinho (...)”¹³¹. Outros edifícios dignos de referência são o Solar do Calço da Furna, onde residiam António, Duarte e Maria José Borges, do século XVIII com o seu belo portal brasonado; o Solar do Loreto do século XVII; o Solar de Nossa Senhora do Egipto; o Solar de Santo António; o Solar da Bela Vista; a grande casa da Abelheira com plantação de ananases e o Palacete do Barão de Santa Cruz.

Como figuras de destaque que nasceram na Fajã de Baixo, não podemos deixar de referir “a poetisa, escritora e política Natália Correia, o Professor Doutor Alexandre Linhares Furtado, médico pioneiro dos transplantes de órgãos em Portugal, o poeta jornalista Duarte Viveiros, Duarte Borges da Câmara Medeiros, 1º Visconde da Praia e seu irmão António; Jaime Gama, destacada figura da política portuguesa (...), José Barbosa, que foi director do semanário *A Ilha* (...) embora nascido no Brasil veio muito novo para a Fajã de Baixo e João Carlos Macêdo, o único autarca português que se manteve em funções até à década de 2000, eleito pela primeira vez em 1971 pelas listas da oposição para Presidente da Junta de Freguesia (...)”¹³².

¹²⁸ Cf. M. Eugénia S. de Albergaria Moreira, Fajã de Baixo, In <http://www.culturacores.azores.gov.pt> (consultado em 17-04-2013)

¹²⁹ Cf. Gustavo Moura, Fajã de Baixo, In <http://www.culturacores.azores.gov.pt> (consultado em 17-04-2013)

¹³⁰ Cf. José Rodrigues Ribeiro, *Dicionário Corográfico ... ob. cit.*, p. 116.

¹³¹ Cf. Gustavo Moura, Fajã de Baixo, In <http://www.culturacores.azores.gov.pt> (consultado em 17-04-2013)

¹³² Idem.

Em relação à sua população no século XIX, apesar de escassas as informações sobre os censos referentes à freguesia no período em causa, através de uma recolha de dados sobre a população da Fajã de Baixo, em diversas publicações, conseguimos obter alguns dados pertinentes para o estudo. Ao analisarmos atentamente os dados do quadro abaixo, (Figura 7) verificamos que a partir do ano de 1839 há uma grande diminuição do número de indivíduos, em relação aos anos anteriores e isso deve-se à separação das freguesias da Fajã de Cima e de Baixo em 1837 como atrás já referimos, ou seja, no quadro da figura 7 a população até 1820 era constituída pelas duas freguesias. Por outro lado, concluímos que, à excepção dos dois períodos em que o número de indivíduos diminui – 1800-1806 e 1863-1864, o aumento é acentuado, porém inconstante. As quebras desse crescimento devem atribuir-se à emigração. A freguesia, quando ainda unida, entre 1800 e 1820 passou de um total de 1.349 indivíduos para 1.828 habitantes e, quando separadas, entre 1839 a 1890 a Fajã de Baixo passou de 667 residentes para um total de 1.026 indivíduos. Segundo dados de Francisco Borges da Silva, nos 13 primeiros anos da centúria a população da Fajã aumentou 198 almas, houve mais 28 nascimentos do que mortes e 10 emigraram¹³³. Alguns dados coligidos por Susana Serpa Silva com base nos censos de 1840 mostram-nos que a freguesia de Nossa Senhora dos Anjos tinha 157 fogos, 791 almas, 63 nascimentos, 9 casamentos e 22 mortos. Em 1863 apresentava 986 indivíduos e em 1864 um total de 944 habitantes, 153 casados, 12 solteiros, 47 viúvos e 2 presbíteros¹³⁴. No ano de 1864 verifica-se uma diminuição população fajanense para 944 indivíduos. Contudo, a partir de 1864 até meados do século seguinte, a freguesia micaelense que mais aumentou foi a Fajã de Baixo, influenciada pela atracção da cidade e por se encontrar localizada nos arredores da capital¹³⁵.

¹³³ Cf. Francisco Borges da Silva, “Notas e estatística da ilha de S. Miguel nos princípios do século XIX”, in *Revista Michaelense*, Ano 2, nº 5, Ponta Delgada, Ayres Jacome Correia, 1919, p. 500.

¹³⁴ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio...* Apêndice vol. III, *ob. cit.*, pp. 11 e 38.

¹³⁵ Cf. Raquel Soeiro Brito, *A ilha de S. Miguel – a Ilha Verde, estudo geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, Fábrica de Tabaco Micaelense, 2004, p. 175.

Figura 7 - População da Fajã em diferentes épocas do século XIX

	Ano	Total de indivíduos
1)	1800	1349
2)	1806	1252
3)	1813	1547
4)	1820	1828
5)	1839	667
6)	1840	791
7)	1849	807
8)	1862	933
9)	1863	986
10)	1864	944
11)	1890	1026

Fonte: Tabela constituída a partir da recolha de dados de diferentes publicações:

1) Cf. Francisco Borges da Silva, “Notas e estatística ...” *ob. cit.*, p. 500; 2) Idem p. 1262; 3) Idem p. 500; 4) Idem p. 1263; 5) Idem p. 1263; 6) Cf. O Monitor, nº 77, 22 de Julho de 1840. In Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio...* Apêndice documental, vol. II, *ob. cit.*, p. 9; 7) Cf. Documentos, A.A.R., Mapa estatístico da população do distrito de Ponta Delgada, secção VI, Projectos, Propostas e Pareceres das Comissões, caixa 133, Maço 10ª, capa 1, In Gilberta Pavão Nunes Rocha & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “A população dos Açores no ano de 1849”, In *Arquipélago*, série Ciências Humanas, nº especial, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983; 8) Cf. I.A.N./T.T., Fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça – Maço 534, nº 7, Doc.3. In Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio...* Apêndice documental, vol. II, *ob. cit.*, p. 32; 9) Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio...* Apêndice documental, vol. II, *ob. cit.*, p. 38; 10) Cf. *Mapa da População do Lugar da Fajã de Baixo*, organizado, de porta em porta, nos dias 4,5 e 6 do mês de Março do ano de 1863 pelo Escrivão da Junta da Paróquia acompanhado do Presidente e vogais do Regedor e dois moradores probos do mesmo lugar. In Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio...* Apêndice documental vol. II, *ob. cit.*, p. 11; 11) Cf. Ponta Delgada: 500 anos de Concelho..., *ob. cit.*, p. 36.

Em suma, apesar dos fluxos emigratórios, a população dos Açores, de um modo geral, não cessou de crescer ao longo de oitocentos à excepção do período entre 1878 a 1890, em que se verificou uma quebra devido à grave crise económica proveniente da ruína dos laranjais. A cidade de Ponta Delgada, embora revelando atrasos em relação a outras cidades ocidentais, sobretudo em termos industriais e a nível de infraestruturas era a mais opulenta do arquipélago dado o seu intenso comércio marítimo e foi desde cedo um centro atractivo para as populações, tornando-se o distrito mais populoso no século XIX,

beneficiando as suas periferias, pela proximidade do centro urbano, designadamente a Fajã de Baixo, que viu crescer grande número da sua população, diversificada no que concerne aos tipos de classes socioeconómicas.

2.3. Perfil socioeconómico da localidade

Desde sempre a sociedade açoriana foi desigual em termos socioeconómicos. Esta característica permaneceu ao longo de oitocentos, em que era dividida em grupos ou classes bem distintos pela profissão, nível de vida, educação, etc.

Os que viviam do trabalho pertenciam às classes baixas, as classes médias estavam ligadas aos que se dedicavam ao comércio e indústria, já as classes superiores eram compostas pelos ricos (nobreza e morgados) que detinham a maior parte da propriedade fundiária que, para além de lhes conferir riqueza, dava-lhes poder. Estes zelavam pela promoção da educação dos seus descendentes e uniam-se matrimonialmente para manter a posse de muitas das propriedades de família, acrescentar património ou até para se “salvarem da ruína”¹³⁶. “O clero e a nobreza (...) constituíam, como se sabe, um grupo social improdutivo, sobrevivendo da transferência de rendimentos das classes produtivas, mercê da ordem político-institucional vigente (...)”¹³⁷.

Entre as elites sociais micalenses ainda existiam, embora em pequeno número, alguns negociantes e empresários, naturais, continentais, descendentes de judeus e ingleses, que fizeram fortuna, sem explorar a terra mas devido aos seus negócios, designadamente na economia da laranja. Exerciam também cargos diplomáticos ou vieram trabalhar ou orientar as obras da doca de Ponta Delgada. Para além da sua riqueza, alguns morgados, na primeira metade do século, viviam numa ignorância e desleixo, bem como num “fanatismo religioso rudimentar e futilidade das diversões ou passatempos”¹³⁸. Webster caracteriza a maior parte dos morgados como indolentes e sem cultura e desmazelados¹³⁹.

¹³⁶ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores... ob. cit.*, p. 168.

¹³⁷ Cf. Fátima Sequeira Dias, *O porto..., ob. cit.*, p. 17.

¹³⁸ Cf. Francisco de Faria e Maia, *Os deportados d’Amazona (Monographia Historica)*, 1810-1826, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1918, pp. 13-15. Cit. por Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 45.

¹³⁹ Cf. Jonh Webster, “A Ilha de S. Miguel em 1821” in *Arquivo dos Açores*, vols XIII e XVI, p. 43. Cit. por Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p.45.

Ao longo de oitocentos a sociedade micaelense era marcada por profundos contrastes, dividida numa minoria de ricos e uma maioria de pobres.

Os grupos intermédios eram constituídos em pequeno número e peso social: “pequenos proprietários rurais e urbanos, pequenos lojistas e artesãos que acabaram por se dissolver na grande camada popular”¹⁴⁰.

Na classe popular não se verificava luxo algum. Nela se integrava a maioria da população, composta por pequenos proprietários rurais e urbanos, rendeiros, artífices, jornaleiros e pescadores. Assim que se saía da cidade e das suas extremidades “o prestígio desaparece; as casas grandes, e bem edificadas; as habitações (...) são substituídas por quatro muros baixos, cobertos com um miserável tecto de colmo; e neste mesquinho, desgraçado asilo, edificadas mais das vezes em terreno alheio, se aloja uma família de verdadeiros proletários, sem propriedade e sem indústria”¹⁴¹.

Os jornaleiros (trabalhadores à jorna), grupo mais desfavorecido, em elevado número, ocupavam-se no campo, mas moldavam-se também a outras actividades complementares, como a pesca ou o artesanato, por estarem sujeitos à sazonalidade. A principal actividade económica era a produção de cereais, leguminosas e citrinos, sendo a pesca uma actividade secundária. Esta era uma actividade muito mal vista entre o povo, considerando-se os pescadores mal pagos e gente pouco considerada. As actividades artesanais incluíam “os sapateiros, carpinteiros, alfaiates, marceneiros, pedreiros e outros”¹⁴².

No geral, era uma “plebe miserável e servil”¹⁴³ e que facilmente emigrava. Ao elevado preço dos produtos alimentares essenciais acrescia-se outro factor, a escassez de trabalho.

A pobreza e miséria persistiam e, por isso, nas palavras de Susana Serpa Silva, “Pobres, incultos, rústicos e indolentes parece terem sido os adjectivos mais comuns aplicados na caracterização da plebe micaelense ...”¹⁴⁴.

Na cidade de Ponta Delgada habitavam, em grande parte, “trabalhadores manuais e campesinos, salientando-se em número considerável os militares, os pescadores, alguns

¹⁴⁰ Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 45.

¹⁴¹ Cf. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a ilha de S. Miguel, 1825*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826, p. 32. Cit. por Maria Isabel João, *Os Açores... ob. cit.*, p. 165.

¹⁴² Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 46.

¹⁴³ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, desvio... ob. cit.*, p. 123.

¹⁴⁴ Cf. Susana Serpa Silva, *Criminalidade e justiça... ob. cit.*, p. 46.

proprietários e profissões ligadas ao comércio, bem como um elevado número de desempregados”¹⁴⁵. Havia comunidades estrangeiras, nomeadamente ingleses e judeus. Nesta cidade micaelense permanecia os traços típicos da vida rural na maneira de ser e de proceder dos seus habitantes.

Os costumes e vida da cidade de Ponta Delgada eram semelhantes nas freguesias rurais. Na Fajã de Baixo vivia-se da agricultura, pois consagrava boas condições para a produção agrícola, devido à sua plataforma ser de pouco relevo, com terrenos férteis e pedregosos (biscoito) mais abrigados dos ventos e do mar que são prejudiciais à agricultura¹⁴⁶ e mesmo assim necessitavam de abrigos. Por esse motivo se estabeleceram na freguesia muitas “quintas” de opulentos proprietários que residiam na cidade de Ponta Delgada. Aliás, a Fajã de Baixo era o local de veraneio onde os ricos e grandes comerciantes passavam as férias nas suas “quintas”.

Segundo dados compilados por Francisco Borges da Silva, no início da centúria a Fajã tinha como principais produções cereais, leguminosas, vinho e citrinos, sobressaindo estes últimos, principalmente a laranja, em relação aos restantes, como nos indica os dados da figura 8:

Figura 8 – Produções na Fajã no ano de 1813

Produtos	Quantidade
Trigo	25 Moios
Milho	447 Moios
Fava	45 Moios
Feijão	16 Moios
Vinho	8 Pipas
Laranjas	2000 Caixas (exportação)
Limões	100 Caixas (exportação)

Fonte: Francisco Borges da Silva, “Notas e estatística...” *ob. cit.*, p. 500.

¹⁴⁵ Idem, p. 47.

¹⁴⁶ Os ventos em S. Miguel são frequentes e, por vezes, fortes podendo partir os ramos das árvores atingindo os frutos e fazendo-os cair. Para além dos efeitos nocivos dos ventos, os salpicos do mar cheios de sal danificam as culturas à beira mar.

Ainda o mesmo autor refere que subsistiam na freguesia 413 cabeças de gado vacum, 914 porcos, 36 bestas cavalares, 200 jumentos e 11 carros¹⁴⁷.

Na Fajã de Baixo nota-se uma certa distinção de classes. Além das grandes famílias que são proprietárias e detentores de velhos nomes, mas que apenas residiam parte do ano na freguesia, havia outras que desfrutavam de relativa abastança e que habitavam na freguesia por gostarem de viver fora da cidade. Por outro lado, existia também uma grande massa de população constituída por pequenos proprietários, trabalhadores e aqueles que apenas viviam do seu trabalho.

Entre 1800 e 1813 a população da Fajã, na sua maioria, eram trabalhadores, evidenciando-se, em número considerável os artistas, lavradores e os que viviam de rendas (Figura 9).

Figura 9 – Ocupações dos habitantes da Fajã nos anos de 1800 e 1813

Ocupações	1800	1813
Corpo Eclesiástico	3	3
Corpo Civil	3	3
Lavradores	19	14
Artistas	23	34
Vivendo de rendas	15	17
Trabalhadores	374	490
Mendigos	1	3
Carpinteiros	-	4
Serradores	-	1
Pedreiros	-	4
Cabouqueiros	-	1
Alfaiates	-	4
Sapateiros	-	7
Companhia de Milícias	-	1
Companhia de Ordenanças	-	1

Fonte: Francisco Borges da Silva, “Notas e estatística...” *ob. cit.*, p. 500.

¹⁴⁷ Cf. Francisco Borges da Silva, “Notas e estatística...” *ob. cit.*, p. 500.

A partir da segunda metade do século XIX, segundo dados coligidos por Susana Serpa Silva (Figura 10) verifica-se que a população fajanense era na sua maioria de camponeses, seguindo-se quinteiros e proprietários. Estes viviam com alguma prosperidade.

Nesta freguesia, como na maior parte da ilha, a mulher não trabalha no campo. O homem reserva para si as tarefas mais pesadas, cabendo à mulher os trabalhos domésticos.

Figura 10 – Profissões por cabeça de família na Fajã de Baixo no ano de 1863

Profissões	Número de indivíduos
Camponeses	66
Quinteiros	43
Sapateiros	3
Vendeiros	1
Proprietários	21
Serradores	5
Arreios	6
Pedreiros	7
Criados de servir	1
Sacristão	1
Bolieiros	3
Escrivão	1

Fonte: *Mapa da População do Lugar da Fajã*. In Susana Serpa Silva, *Violência, desvio...* Apêndice documental, vol. II *ob. cit.*, p. 38.

Quanto ao nível da alfabetização, entre os anos de 1877 e 1878, a população da Fajã de Baixo, era ainda em grande número analfabeta, ou seja, 220 indivíduos sabiam ler e 604 habitantes eram analfabetos¹⁴⁸. Esta situação era idêntica nas restantes freguesias do concelho de Ponta Delgada a da ilha.

¹⁴⁸ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, desvio...* Apêndice documental, vol. II, *ob. cit.*, p. 47.

Concluindo, apesar da prosperidade económica da ilha de S. Miguel no século XIX, grande parte da população citadina e rural vivia em pobreza e era analfabeta. Tratava-se de uma sociedade hierarquizada tradicionalista, na qual não se verificava intenções de mudanças estruturais. Em contrapartida, os grandes proprietários destacavam-se e deixaram profundas marcas materiais, nomeadamente no património edificado.

2.4. O património edificado: palacetes e quintas

Com a “economia da laranja” patenteiam-se alterações paisagísticas a nível da arquitectura na ilha de S. Miguel. Com o desenvolvimento do comércio dos citrinos e do seu conseqüente progresso económico, os grandes senhores apresentam condições para avançar, na primeira metade do século XIX, com “quintas” de luxo, construindo jardins no seu interior ligados ao conceito do pitoresco paisagístico¹⁴⁹. Como refere Luís Bernardo Leite de Ataíde “... esses frutos representativos da grande riqueza micaelense foram ao mesmo tempo um forte estímulo para o culto do belo, revestindo-se a ilha de pequenos jardins (...) de notável beleza a pintalgarem a paisagem (...)”¹⁵⁰.

Assim, com o comércio e a exportação das nossas laranjas e com o lucro daí obtido, os senhores envolvidos nesse negócio desenvolveram amplas residências e belos jardins providos de espécies exóticas, surgindo, assim, um novo estilo arquitectónico que vem contribuir para uma alteração na paisagem local.

A freguesia da Fajã de Baixo denuncia vestígios dos antigos pomares e terrenos de cultivo incrementados com a economia da laranja. Neste sentido, passamos a anunciar alguns exemplos existentes na Fajã de Baixo.

¹⁴⁹ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel: 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Ed, 2000, p. 52.

¹⁵⁰ Cf. Cf. Luís Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 volumes, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974, p.162.

Quinta do torreão das Teimosas

A Quinta do torreão é constituída por um terreno murado de formato rectangular, anteriormente direccionado ao cultivo da laranja e possui um torreão-mirante. O acesso à quinta é feito por um portão aberto no troço do muro.

O torreão, mandado construir por Henrique Ferreira de Paula Medeiros no seu laranjal, trata-se de uma “reliquia do século XIX”¹⁵¹. Ainda por classificar, e em mau estado de conservação, a pitoresca torre-mirante, actualmente propriedade de Gabriela Correia de Aguiar da Câmara, de inspiração da arquitectura do romantismo¹⁵² e de perfil neo-gótico tinha importante função de *décor* na quinta, tendo como uma das características remeter para o imaginário da Idade Média. Era composta por quatro pisos, completada com ameias transparecendo a ideia de uma fortaleza medieval, com caixilharias e janelas ogivais e terraço.

À entrada da quinta do torreão, encontra-se um espaço habitado com duas divisões, numa das quais se verificam ainda vestígios de uma antiga cozinha, com uma “boca” de forno de lenha e chaminé.

Quinta da Bela Vista

Tendo em conta que foram os ingleses os incitadores do comércio da laranja e da introdução da horticultura ornamental em S. Miguel, após o seu envolvimento nos negócios dos citrinos, investem na compra de propriedades e transformam-nas em espaços de recreio¹⁵³. Pretendem construir habitações de conforto e qualidade com belos jardins, sendo a laranjeira, sinal de riqueza e prosperidade, um elemento indispensável nesses jardins. A Quinta da Bela Vista é exemplo disso.

Desde 1801 a Quinta da Bela Vista, situada na Abelheira de Cima, actualmente pertencente a Maria Isabel Arruda Borges – Cabeça de casal da herança de Carlos Eduardo

¹⁵¹ Cf. Manuel Ferreira, *O explorador Micaelense, Roberto Ivens*, Ponta Delgada, Nova Gráfica, 2004, p. 167.

¹⁵² O romantismo, com origem no século XVIII, caracterizou-se pela valorização da nação, tradição e as origens que estão na idade média. Valoriza muito o mundo rural, da natureza. É a valorização do passado, da vida campestre.

¹⁵³ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques... ob. cit.*, p. 94.

Agnelo Borges, era propriedade de William Harding Read, cônsul-geral da Inglaterra nos Açores.

O Solar¹⁵⁴, edificado em 1802, de planta rectangular, construção elegante e quase sem decoração, possui duas fachadas de prestígio e um contraste entre a brancura da parede e o escuro do basalto que marcam os vãos das janelas de sacada com varandas e portas. A fachada voltada para o mar é destacada por uma escadaria de pedra. Possui dois pisos, correspondendo o segundo ao andar nobre com varandas. Na fachada este do Solar, verificam-se janelas de guilhotina de duas folhas com vidros e caixilhos, vindos da Inglaterra e que era uma das características das casas ricas. Neste Solar, concretizaram-se grandes jantares, bailes com trajos a rigor para alta sociedade micaelense e sucederam-se vários episódios durante o período das lutas liberais nos Açores¹⁵⁵.

Na quinta deparamo-nos com diversos portais, visto a sua extensão. O jardim da quinta, de gosto romântico ou à inglesa¹⁵⁶, possui vários mirantes com escadaria de pedra¹⁵⁷ alamedas que dão em direcção ao Solar e zonas adjacentes, com arruamentos, uma variedade de arbustos, palmeiras, etc.

Os antigos recintos de laranjas completam a magnífica quinta. Encontram-se os valiosos terrenos dos citrinos em forma rectangular com muros altos cobertos de arbustos e outras espécies de plantas. Na quinta deparamo-nos com um “terreno pedregoso, onde as árvores eram plantadas em buracos abertos na lava para protecção dos ventos”¹⁵⁸.

Num dos anexos do Solar estão arrumados e em bom estado de conservação, coches e carruagens de diversas proveniências, desde Paris, Inglaterra e América, assim

¹⁵⁴ O Solar fica a 6 Km de distância de Ponta Delgada e a 172 m de altitude da costa.

¹⁵⁵ O cônsul inglês prestou relevantes serviços à causa liberal, acolhendo e escondendo dos Miguelistas na Quinta da Bela Vista, o Major Bernardo de Sá Nogueira, mais tarde Marquês Sá da Bandeira. Cf. *Apontamento Histórico Etnográfico S. Miguel S. Maria*, Ponta Delgada, Direcção Escolar Ponta Delgada, 1982, p. 166.

¹⁵⁶ O jardim à inglesa é um dos elementos indispensáveis no romantismo. É um tipo de jardim desenvolvido no século XVIII, que contrapõe-se aos jardins geométricos franceses. Podemos caracterizá-lo como se estivesse a simular a natureza, com falsas ruínas, lagos artificiais, sem a simetria das linhas, com canteiros floridos, bosques, relvados, pavilhões, entre outros. É uma aproximação com a natureza e transmite-nos a sensação de estarmos dentro de uma mata.

¹⁵⁷ Segundo Sacuntala de Miranda a finalidade desses mirantes da Quinta da Bela Vista não será de avistar os barcos, mas estão enquadrados no terreno de forma a “arrumar a pedra com graciosidade e arte”. Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo ... ob. cit.*, p. 44. A própria casa, a uma altitude superior a todos os mirantes, servia para avistar os barcos.

¹⁵⁸ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques... ob. cit.*, p. 72.

como carros de luxo. Por outro lado, encontra-se um moinho¹⁵⁹ e um tanque, estes já de construção mais recente e uma cavalaria.

Normalmente as quintas adquiridas pelos estrangeiros, nomeadamente, os ingleses e americanos desfrutavam de mão-de-obra qualificada e materiais como o ferro, mármore, madeiras e vidros geralmente vindos dos países de origem, mostrando o gosto, o requinte e conforto que desfrutavam.

Com a queda do comércio da laranja, a Quinta da Bela Vista, sacrificada ao abandono, foi alcançada posteriormente pela Família Agnelo Borges que a foi recuperando, constituindo hoje um local de grande interesse histórico e cultura da freguesia de Fajã de Baixo.

Solar de Santo António

Solar edificado em finais do século XVIII ou inícios do século XIX¹⁶⁰ classificado como imóvel de interesse público. De estrutura rectangular, construção elegante e quase sem decoração, possui dois pisos, duas torres quadrangulares e um contraste entre a brancura da parede e o negro do basalto que marcam os vãos das janelas e das portas. Na fachada destacam-se as janelas de guilhotina de duas folhas com vidros e caixilhos.

Apesar de não se ter a certeza quem foi o primeiro proprietário da construção¹⁶¹, sabe-se que foi adquirida em meados do século XIX por Manuel Inácio da Silveira, Barão de Nossa Senhora da Oliveira, hoje propriedade de Estevão Gago da Câmara. Na sua residência juntaram-se várias personalidades importantes da elite local, na qual decorreram convívios maçónicos e conspirações para a revolução liberal¹⁶².

¹⁵⁹ Construído em 1849 pelo filho do segundo proprietário António José de Vasconcelos. Cf. F. P. da Almeida Langhans, *Ofícios antigos subsistentes nas ilhas dos Açores, ilha de S. Miguel*, colab. Sílvia de Azevedo, António Manuel Soares de Azevedo, [S. l.: s. n.], 1990.

¹⁶⁰ Cf. Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria, *A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime*. Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2012, p. 446.

¹⁶¹ Segundo Isabel Albergaria é possível que a casa tenha sido encomendada por João Leocádio Vieira. Cf. Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria, *A casa nobre na ilha de S. Miguel...*, *ob. cit.*, p. 449.

¹⁶² Cf. Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria, *A casa nobre na ilha de S. Miguel...*, *ob. cit.*, p. 451.

O Palacete do Barão de Santa Cruz

O palacete do Barão de Santa Cruz, com o seu esplêndido jardim romântico, foi construído em meados do século XIX em plena época da “economia da laranja” por um dos mais opulentos exportadores de laranja, constando que foi feita da sua quinta anexa (Nossa Senhora da Encarnação) a primeira exportação do citrino. De estilo neo-clássico, decoração simples, com dois andares e uma torre encontra-se em bom estado de conservação. As portas com arco de volta perfeita são emolduradas com pedra de basalto e as janelas com vidros e caixilhos. No seu interior figuram uma colecção de azulejos singulares que terão forrado as paredes da antiga ermida de Nossa Senhora da Encarnação. Pertenceu à família Jácome Correia, sendo mais tarde, nos anos 70, adquirida para habitação do Comandante da Zona Marítima dos Açores. Em 2007 foi proposto pela Part’Ilha – Associação de Cultura e Desenvolvimento Local, AC ao Governo Regional, que tutela a Direcção Regional da Cultura, a classificação do imóvel como bem cultural de interesse regional, de modo a proteger e valorizar o património da Fajã de Baixo.

Vivenda “Nostra et Amicorum” (Plantação Ananases Augusto Arruda)

A vivenda “Nostra et Amicorum” possui um templo que data de 1668 mandado edificar por Simão da Fonseca para ser útil no Verão aos que tinham vinhas naquela zona. Esta ermida, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, começou por ser uma construção independente e no decorrer dos tempos foi-se integrando a edificação que hoje a anexa. Depois da ermida passou a ter uma pequena casa de verão, propriedade de Manuel Rebelo Borges de Castro e mais tarde o seu neto Augusto Arruda ampliou a construção tal como é hoje. A casa da Abelheira, pertencente actualmente a Ana Isabel de Mendoza Y Arruda, está introduzida numa grande propriedade que depois da vinha e da laranja converteu-se numa das principais plantações de ananás da ilha de S. Miguel.

Quinta da Abelheira de Cima

Quinta do século XIX, classificada como imóvel de interesse municipal, é composta por um edifício de estrutura rectangular com dois andares e com pouca decoração. No seu interior existe um jardim de estilo inglês e anexos de apoio à actividade agrícola da laranja e cavaliça.

A Fajã de Baixo é uma freguesia de evidente interesse histórico e cultural onde ainda se nos deparam os altos muros de pedra de protecção dos laranjais, antigas divisórias das quintas, mirantes, torreões e admiráveis portais de quintas, ficando na lembrança uma época de riqueza regional.

3º CAPÍTULO - MIRANTES, TORREÕES E PORTAIS DAS QUINTAS DA FAJÃ DE BAIXO

3.1. Levantamento e estudo tipológico e construtivo:

Os mirantes, torreões e portais de quintas são elementos da arquitectura da época da laranja “providos de interesse histórico, artístico, técnico-construtivo e paisagístico que testemunham uma relação particular com os sistemas produtivos da laranja...”¹⁶³.

O levantamento e estudo tipológico e construtivo desses objectos arquitectónicos contribuem para a sua valorização patrimonial como factor de identidade regional. Assim, de forma bastante exaustiva procuramos “esmiuçar” e identificar, na Fajã de Baixo, a existência dessas construções identitárias e de grande relevo, através do trabalho de campo com o apoio de informadores residentes e publicações do Inventário do Património Imóvel dos Açores.

O estudo concluiu a existência, na referida freguesia, de 24 mirantes, 4 torreões e 12 portais de quintas, num total de 137 mirantes e torres de laranja presentes em São Miguel inventariados por Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França¹⁶⁴.

Antes de partirmos para a análise desses elementos identitários existentes na freguesia da Fajã de Baixo e para perceber-los, é necessário proceder à indagação das origens das formas primitivas dos mirantes e torreões, por breve que seja.

3.1.1. Génese dos Mirantes e Torreões

Segundo Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França existem várias origens para a formação dos mirantes e torreões. A criação dos maroiços, compostos por amontoamento da pedra excedente, acumulada no solo para limpeza do terreno, obtendo formas muito inconstantes, poderá ter sido uma das formas primitivas dos mirantes e torreões¹⁶⁵. De estrutura simples, os maroiços surgiram nos terrenos destinados à cultura da

¹⁶³ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França, “Mirantes e torres de laranja: elementos identitários da paisagem açoriana”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 21, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2012, p. 149.

¹⁶⁴ Idem, p. 150.

¹⁶⁵ Idem, p. 153.

vinha, quando os muretes não esgotavam a pedra no local. A sua técnica de construção coincide com a dos mirantes. Contudo, segundo Pedro Borges, os mirantes distinguem-se dos maroiços sobretudo por não se limitarem ao amontoamento da pedra e por possuírem uma ideia de forma¹⁶⁶. Ao contrário dos maroiços, os mirantes arrumam a pedra em maciços e em diversos formatos. Por outro lado, ainda outra forma poderá ter surgido também através dos mirantes-cisterna e dos mirante-balcão geralmente existentes nas habitações, de formas regulares. Outra função associada aos mirantes e torres de laranja liga-se às atalaias e torres semaforicas, de estrutura defensiva e militar, que tiveram como fim a protecção e vigilância da costa por onde se comunicava através de bandeiras, podendo-se constatar ainda, nalguns casos, a presença dos suportes de bandeira inseridos nos mirantes.

Em suma, as origens das estruturas dos mirantes e torreões podem remontar aos séculos XVIII e XIX. Esses elementos identitários “constituem peças arquitectónicas de uma grande originalidade e forte carácter singular, pese embora a sua diversidade tipológica e funcional”¹⁶⁷.

3.1.2. Tipologias

3.1.2.1. Mirantes

Em termos tipológicos segundo Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França os mirantes encontram-se divididos em dois grupos, designadamente “os de base quadrangular ou rectangular, e os de base curvilínea, grupos que por sua vez se decompõem, respectivamente, em quatro e em três variantes tipológicas. Assim, temos no primeiro caso *os tronco-piramidais, pirâmides de degraus, prismáticos e prismáticos com compartimento*, e, no segundo caso *os tronco-cónicos, cilíndricos e espiralados*”¹⁶⁸.

O estudo levado a cabo dos mirantes existentes na Fajã de Baixo permitiu-nos identificar quatro tipos de bases: rectangulares, quadrangulares, trapezoidais e circulares.
















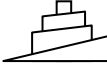
¹⁶⁶ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel nos Açores, na 2ª metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, 2007, p. 169. (Policopiado).

¹⁶⁷ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França. “Mirantes e torres de laranja ... *ob., cit.* p. 150.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 162.

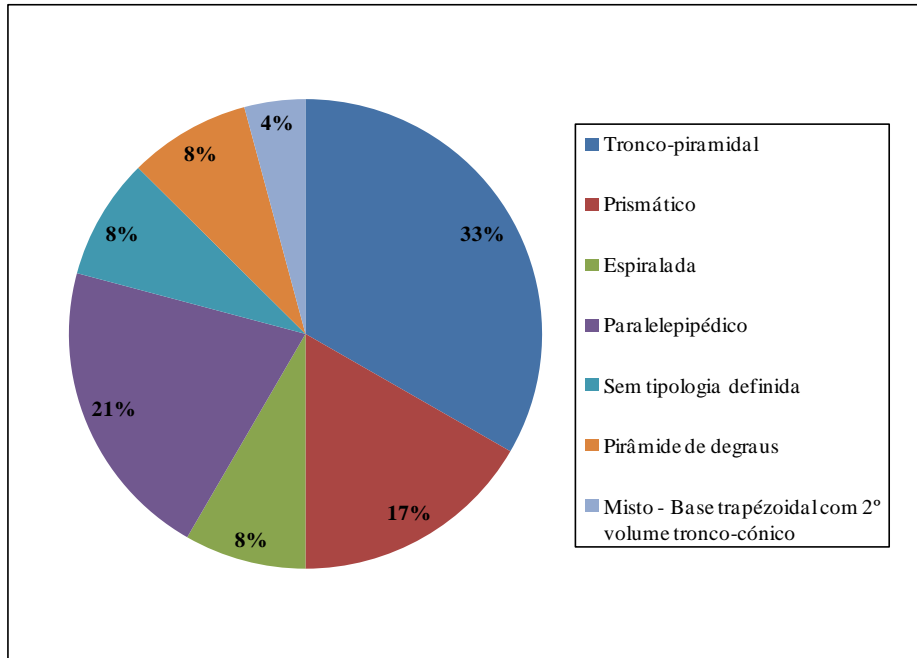
Relativamente ao primeiro caso, os mirantes estão subdivididos em pirâmide de degraus, tronco-piramidais, paralelepípedos e paralelepípedos com compartimento. Já no segundo tipo de bases, os mirantes encontram-se diferenciados em tronco-piramidais, prismáticos e os espiralados. Os mirantes de base trapezoidal variam entre os tronco-piramidais irregulares, prismáticos, prismáticos com compartimento e mistos. Entretanto, nos elementos de base circular identificou-se os de base circular espiralada (Figura 11). Contudo, verificamos ainda a presença de mirantes sem base e tipologia definida.

Figura 11- Quadro tipológico dos mirantes existentes na Fajã de Baixo

Base	Tipologia				
 Rectangular	 Pirâmide de degraus	 Paralelepípedo	 Tronco-piramidal	 Paralelepípedo com compartimento	
 Quadrangular	 Prismático	 Base quadrangular espiralada	 Tronco-piramidal		
 Trapezoidal	 Tronco-piramidal	 Prismático	 Base trapezoidal com 2º volume tronco-cónico	 Prismático com compartimento	
 Circular	 Base circular espiralada				

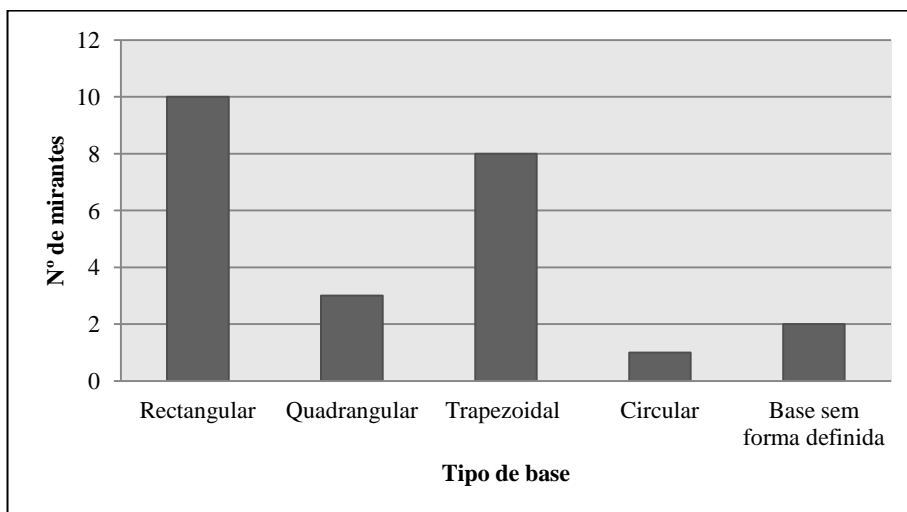
Nesta freguesia a tipologia mais comum dos mirantes é a designada tronco-piramidal que representa cerca de 33% da totalidade, seguindo-se os paralelepípedos com 21%, os prismáticos que apresentam 17%, os mirantes espiralados, os sem tipologia definida e os em pirâmide de degraus correspondem a 8% respectivamente e, finalmente, com apenas 4% do total representam os mirantes de “tipologia mista” (Figura 12).

Figura 12 - Percentagem (arredondada) das tipologias de mirantes na Fajã de Baixo



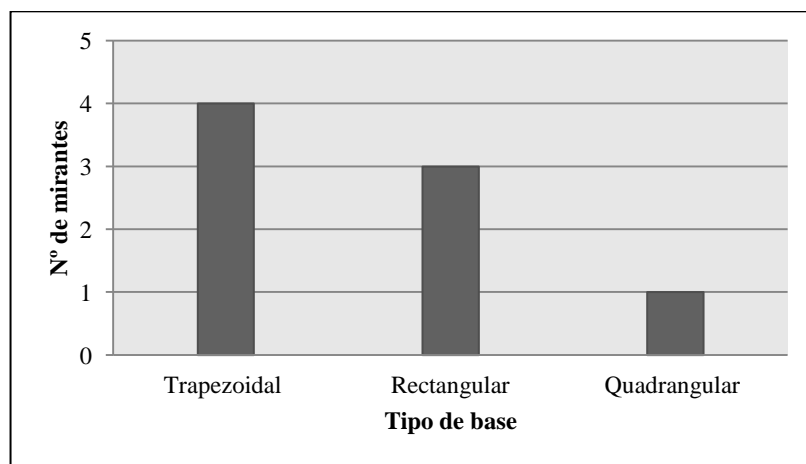
Quanto aos diversos tipos de bases verificadas na freguesia, os mirantes rectangulares e trapezoidais são os mais usuais, correspondendo a dez e oito exemplares respectivamente. Já com menos frequência, com três exemplares encontramos os mirantes de bases quadrangulares, dois mirantes sem bases definidas e apenas um caso de base circular (Figura 13).

Figura 13 - Bases dos mirantes na Fajã de Baixo



Os mirantes tronco-piramidais “correspondem certamente às construções mais primitivas, e materializam uma solução construtiva básica em que os elementos parietais estabelecem ângulos agudos com o plano do solo, obtendo-se assim resultados mais firmes”¹⁶⁹. Da totalidade dos mirantes tronco-piramidais existentes na Fajã de Baixo, quatro são irregulares, que partem de uma base trapezoidal, três são de base rectangular e um é de base quadrada (Figura 14).

Figura 14 - Bases dos mirantes tronco-piramidais na Fajã de Baixo



A maior parte dos tronco-piramidais são construídos em pedra à vista ou parcialmente rebocados, registando-se apenas um exemplar totalmente rebocado (Ficha de caracterização – Mirantes nº 1). O acesso ao topo geralmente é feito através de escadas localizadas numa ou em duas das faces do mirante ou ainda a eixo, exceptuando o mirante da quinta da Abelheira onde numa das faces as escadas são precedidas por uma rampa (Ficha de caracterização – Mirantes nº 10).

Vulgarmente os tronco-piramidais são construções em forma de pirâmide, em que o vértice é cortado formando uma plataforma no topo do mirante. Todavia, a Fajã de Baixo apresenta um caso excepcional. É a situação do mirante localizado na Rua Direita, que corresponde ao tronco-piramidal mais volumoso da freguesia, de planta rectangular,

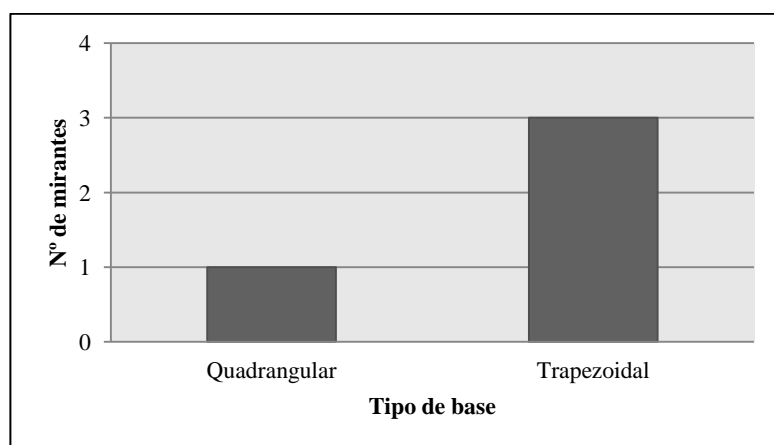
¹⁶⁹ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França. “Mirantes e torres de laranja ... *ob., cit.* pp. 162-163.

constituído por dois patamares, com uma área de utilização de cerca de 252,70 m² (Ficha de caracterização – Mirantes nº 7).

Os mirantes em pirâmides de degraus podem assumir construções mais altas e isso deve-se à base inferior ser de maior dimensão, o que dá maior auxílio à sua edificação¹⁷⁰. Estes elementos são construídos por plataformas com vários andares, edificados uns sobre os outros com a diferença de cada plataforma possuir uma área menor que o andar abaixo. Podemos dizer que, a nível arquitectónico, assemelham-se às construções dos chamados “zigurates” (templos em degraus) que se traduz num “(...) “remate ascendente” e é uma elevação rectangular construída em degraus recuados e coroada por um templo. Era assim que os Babilónios esperavam chegar ao céu”¹⁷¹. Estas edificações podem variar entre dois, os menos volumosos, ou mais andares, como é o caso, de dois dos mirantes da Quinta da Bela Vista, na Abelheira, estruturados em sete e quatro andares, de plantas rectangulares, ambos construídos em alvenaria de pedra seca, sendo os únicos casos em pirâmide de degraus verificados na freguesia. (fichas de caracterização – Mirantes nº 17 e 18) Porém, estes dois mirantes, apesar de terem a mesma tipologia, diferem entre si por um dos elementos (Ficha de caracterização – Mirantes nº 18) possuir o vértice cortado formando uma ampla plataforma superior em relação ao outro.

Os mirantes prismáticos e paralelepípedicos são, em geral, menos volumosos e normalmente localizam-se junto aos muros da quinta para eventual apoio. Na Fajã de Baixo, consoante a figura 15, os mirantes prismáticos possuem bases quadrangulares e trapezoidais.

Figura 15 - Bases dos mirantes prismáticos na Fajã de Baixo



¹⁷⁰ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França. “Mirantes e torres de laranja ... *ob.*, *cit.* p. 164.

¹⁷¹ Cf. Emily Cole, *A Gramática da Arquitectura*, trad. Maria Filomena Duarte, Lisboa, Livros e livros, 2003, p. 28.

No que respeita aos mirantes prismáticos de bases quadrangulares verificamos na freguesia apenas um exemplar de construção mais recente em alvenaria de pedra rebocada, composto por um arco de volta perfeita emoldurado em cantaria e rematado com quatro pináculos (Ficha de caracterização – Mirantes nº 6). Em relação aos mirantes prismáticos de bases trapezoidais averiguamos três casos locais. Dois mirantes parcialmente rebocados nos resguardos das escadas e com faixas no topo, situados na Abelheira e em terrenos desnivelados, ambos com banquetas junto ao murete de protecção (Fichas de caracterização – Mirantes nºs 3 e 8) e um terceiro mirante situado na Rua Jordão Jácome Raposo em alvenaria rebocada e caiado de branco (Ficha de caracterização – Mirantes nº 22).

Relativamente aos paralelepípedicos, correspondem a um total de cinco mirantes de plantas rectangulares, parcialmente rebocados, de construções simples e com escadas de acesso ao topo adossadas a uma das suas faces do mirante, (Ficha de caracterização – Mirantes nºs 5, 9, 21 e 23) à excepção do exemplar da Quinta de Santo António que constitui o elemento mais elaborado e mais alto desta tipologia, edificado em alvenaria de pedra rebocada e caiado de branco, com três arcos de volta perfeita na sua base, balcão e uma admirável escadaria de três lanços separados por patins adossada ao volume do mirante (Ficha de caracterização – Mirantes nº 11).

Por seu turno, integrados ainda nas tipologias de mirantes prismáticos e paralelepípedicos, analisamos a existência dos mirantes com compartimento localizados no piso térreo e usados como espaço de apoio agrícola. Na Fajã de Baixo encontramos dois exemplares deste tipo: um paralelepípedico, o mirante da “Vila Laura” em que o compartimento, de planta rectangular, é composto por três arcos de volta perfeita com banquetas encostadas às paredes e cobertura em abóboda e um prismático, o mirante de Eleutério José Valido, com compartimento de planta trapezoidal. Ambos rebocados e localizados junto ao muro das antigas quintas (Fichas de caracterização - Mirantes nº 5 e 22).

Verificamos na área de estudo um único caso, de “tipologia mista”, de alvenaria de pedra à vista, em que a base é trapezoidal e sobre esta verifica-se a existência de uma construção tronco-cónica. Neste caso, o acesso ao topo faz-se por uma rampa a eixo do mirante que parte para uma escadaria de pedra adossada ao tronco do cone (Ficha de caracterização - Mirantes nº 19).

Relativamente aos mirantes espiralados, na Fajã de Baixo existem dois exemplares, mas com bases diferentes, designadamente de base circular e rectangular, sendo dois exemplares exclusivos na freguesia. No primeiro caso, trata-se do modelo de maior volumetria da freguesia, o mirante da quinta “Villa Pereira”, na Abelheira. De construção parcialmente rebocada no piso térreo, o percurso desenvolve-se através de uma rampa helicoidal até ao topo existindo uma pequena “casa” no cimo do mirante construída em alvenaria de pedra rebocada e caiada de rosa, com cobertura de duas águas com telha de meia cana, um banco em pedra e um suporte para bandeira (Ficha de caracterização - Mirantes nº 4). Comparativamente ao mirante espiralado de base rectangular, de menor volume, edificado em alvenaria de pedra seca à vista, o acesso ao topo fazia-se por uma escadaria até ao primeiro patamar partindo para uma rampa que circundava até ao topo do mirante (Ficha de caracterização – Mirantes nº 13).

Finalmente, no último grupo, verificamos os mirantes sem tipologia definida. Neste conjunto encontramos dois exemplares na freguesia. Um situado na Abelheira com uma construção de pequenas dimensões, tratando-se do mirante menos volumoso da Fajã de Baixo com uma área de utilização com cerca de 6,20m², que aproveita o desnível do terreno para acesso ao topo na parte posterior. A sua estrutura, rebocada e caiada de rosa, possui apenas um alçado, um suporte de pedra para bandeira e é decorado com ameias que lhe dá um aspecto medieval (Ficha de caracterização – Mirantes nº 15) e um segundo mirante situado no Calço da Furna, edificado em pedra à vista, composto por três alçados e ladeado por dois acessos ao topo, por um lado através de uma escadaria de pedra e por outro mediante uma rampa (Ficha de caracterização – Mirantes nº 12). Nestes dois casos, verificamos que a construção de ambos aproveita parte do terreno existente para a sua edificação.

3.1.2.2. Torreões

No que respeita aos torreões, também denominados como torres de laranja, estes diferem das construções dos mirantes por assumirem a forma de torre e possuírem sempre compartimentos habitados no seu interior e vários pisos, estando associados simbolicamente à arquitectura militar. “No instável período medieval, as torres eram um

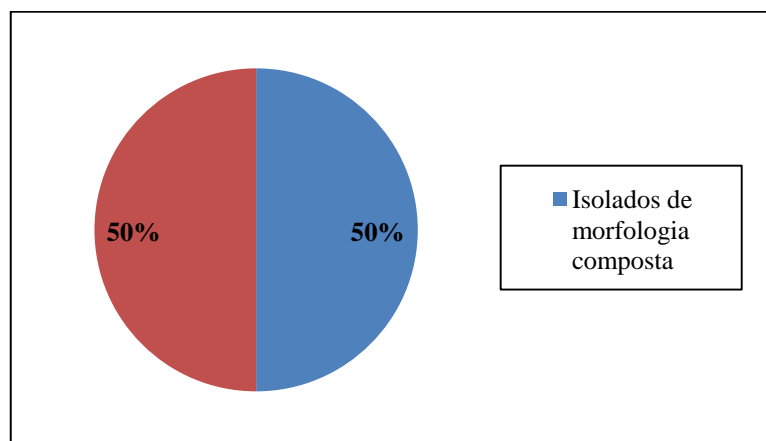
importante meio de defesa e foram incorporados nas fortalezas e castelos”¹⁷². Uma são de construções mais simples e outras mais elaboradas, ornamentadas com ameias, vidros coloridos e arcos de volta quebrada, como acontece com a torre-mirante das Teimosas, que representa um exemplar da época romântica de perfil neo-gótico e que consagra uma fantasia da Idade Média e revalorização romântica do passado.

Outra marca distintiva dessas estruturas em relação aos mirantes é a forma como elas são elaboradas no que respeita à sua decoração e espaço, isto é, são mais dispendiosas o que nos leva a acreditar que se integravam, em grande parte dos casos, nas maiores e mais importantes quintas.

Quanto às tipologias dos torreões, de acordo com Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França existem dois grupos distintos: “Um primeiro grupo de objectos isolados, e um segundo grupo de objectos associados a outras construções. Por sua vez estes dois grupos podem decompor-se, de acordo com as suas particularidades, originando quatro tipologias diferenciadas (*isolados de morfologia turriforme, isolados de morfologia composta, associados a muros e associados a construções habitáveis*)”¹⁷³.

No caso da Fajã de Baixo, encontramos apenas duas das tipologias acima referidas: Os *isolados de morfologia composta* e os *associados a outras construções* representando 50% cada um dos casos (Figura 16).

Figura 16 - Percentagem das tipologias dos Torreões na Fajã de Baixo



¹⁷² Cf. Emily Cole, *A gramática ...*, ob. cit., p. 316.

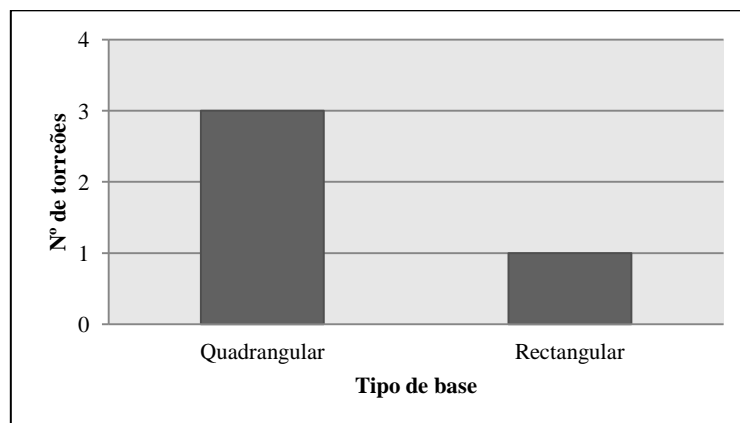
¹⁷³ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França, “Mirantes e torres de laranja...”, ob. cit., p. 170.

Os exemplares que integram a primeira tipologia correspondem ao torreão, hoje em ruínas, de Aurelina Ribeiro Cosme Giesta que assentava sobre um mirante anteriormente existente. A sua torre, de base quadrada, era de construção de alvenaria de pedra rebocada e caiada de branco, constituída por dois pisos e um terraço com grades de ferro e um suporte de pedra para bandeira (Ficha de caracterização – Torreões – nº 4). Por outro lado, temos o torreão das Teimosas de torre quadrangular, composto por quatro pisos e que apresenta um terraço no alçado sul anexo ao primeiro piso através do qual dá acesso ao seu interior, partindo para os pisos superiores (Ficha de caracterização – Torreões nº 1).

Relativamente à tipologia dos *associados a outras construções* integra-se o torreão do Stand de Automóveis 296, servindo de entrada na propriedade, com apenas dois pisos, cobertura de duas águas, planta quadrada e uma janela de sacada com caixilharias em madeira localizada na fachada principal (Ficha de caracterização – Torreões nº 3). Finalmente, por último, temos o torreão situado na Casa de Saúde de S. Miguel, de base rectangular, cinco pisos e balcão, que se encontra envolvido pelo edificio residencial e que se situa a meio da fachada sul. Possui uma escada em forma helicoidal de acesso à torre com degraus sobre um plano circular que é suportado por um pilar central (Ficha de caracterização – Torreões – nº 2).

Comparando os diversos tipos de bases dos torreões existentes na Fajã de Baixo (Figura 17), três possuem bases quadrangulares (Ficha de caracterização – Torreões nºs 1, 3 e 4) e apenas um de base rectangular (Ficha de caracterização – Torreões nº 2).

Figura 17 - Bases dos torreões na Fajã de Baixo



O torreão da Casa de Saúde distingue-se dos restantes pela sua altura, número de pisos, escada em forma de “caracol”, planta rectangular e está adossada ao edifício da Casa de Saúde. Contudo, o torreão das Teimosas é particularmente o mais rico em termos ornamentais e é o único exemplar na freguesia que possui um compartimento dedicado outrora às actividades agrícolas. Os restantes torreões são construções mais simples e menos volumosas.

Maioritariamente os torreões da Fajã de Baixo foram edificados no século XVIII (Fichas de caracterização – Torreões nºs 2 e 3), correspondendo um ao século XIX (Fichas de caracterização – Torreões nº 1) e um mais recente, ao século XX (Fichas de caracterização – Torreões nº 4). Todos de construção em alvenaria de pedra rebocada, caiada ou pintada, apenas dois foram erguidos com coberturas de duas águas (Fichas de caracterização – Torreões nºs 1 e 3) sendo os restantes em terraço (Fichas de caracterização – Torreões nºs 2 e 4). Os acessos ao topo dos torreões efectuam-se através de escadas interiores construídas em madeira, à excepção do torreão das Teimosas que se complementa com uma escadaria de pedra exterior.

3.1.2.3. Portais de quintas

No século XV e XVI os muros de pedra, que arrumavam a pedra do solo, dividiam o terreno e impediam a entrada dos animais, não tinham mais que um metro e meio de altura e eram de fabrico muito imperfeito, ao contrário dos muros da paisagem da época da laranja que eram bastante mais altos¹⁷⁴. No século XIX para além do seu objectivo utilitário havia ainda outra finalidade simbólica, ou seja, quanto mais altos fossem os muros mais valiosas eram estas propriedades. Assim, investiam na construção dos portais, geralmente de matriz neoclássica, com arcos de volta perfeita num pano rectangular de parede e ornamentados com cantaria.

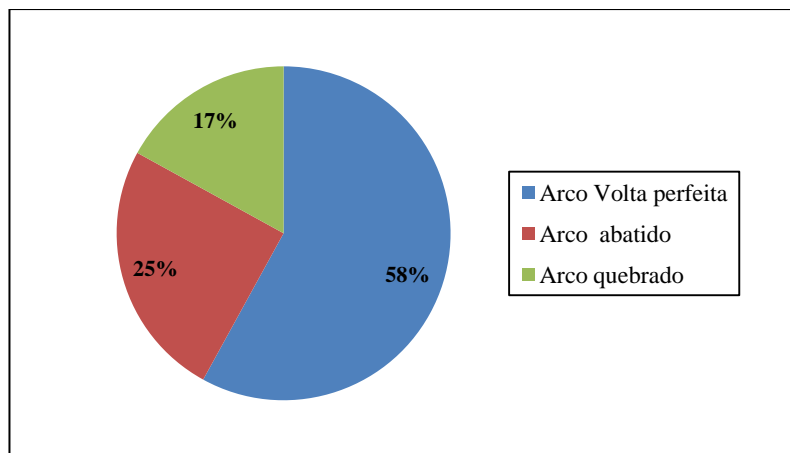
Na Fajã de Baixo verificámos que os portais das antigas quintas de laranja possuem uma altura média de 4,15 metros e diferentes tipologias, nomeadamente arco de volta perfeita, arco de volta quebrada e arco de volta abatida. Estes arcos, segundo João Segurado são “abóbodas de pequeno comprimento. Servem para descarregar sobre os pés

¹⁷⁴ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território ... ob. cit.*, p. 76.

direitos¹⁷⁵ o próprio peso e da construção que lhes fica superior”¹⁷⁶. Para além dessa finalidade prática os arcos possuem um rico elemento ornamental.

Na freguesia em estudo os portais com os arcos de volta perfeita são os mais vulgares representando aproximadamente 58% da totalidade, seguindo-se os portais de arco abatido com 25% e, finalmente, os restantes 17% correspondem aos portais de arco quebrado (Figura 18).

Figura 18 - Percentagem (arredondada) das tipologias dos portais na Fajã de Baixo



Nos arcos de volta perfeita a sua flecha (medida da altura da linha das impostas ao fecho) é metade do vão (largura da linha entre os pés direitos). Todavia, quando as impostas ressaltam é frequente o centro do arco subir um pouco de forma a não parecer achatado. Relativamente ao arco de volta abatida a sua flecha é inferior à metade da abertura. Os portais com arcos quebrados existentes na freguesia correspondem a um arco pontiagudo, constituído por dois arcos de seção de círculo que se intercetam no vértice.

Apesar de haver situações em que os portais ostentam datas e iniciais gravadas nas molduras, na maior parte dos casos essa tendência era pouco usual, como nos comprova o exemplo da Fajã de Baixo em que somente três portais estão datados (Fichas de caracterização – Portais n.ºs 3, 9 e 10) e apenas dois contêm um painel com iniciais que se presumem ser dos nomes dos primeiros proprietários (Fichas de caracterização – Portais n.ºs 9 e 11).

¹⁷⁵ Onde se apoia o arco, designados também de *encontros* ou impostas.

¹⁷⁶ João Emílio dos Santos Segurado, *Alvenaria e Cantaria*, 2ª edição, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, S/d., p. 122.

3.1.3. Função inicial e actual

Os mirantes e torreões, na época da “economia da laranja” possuíam inicialmente diversas funcionalidades:

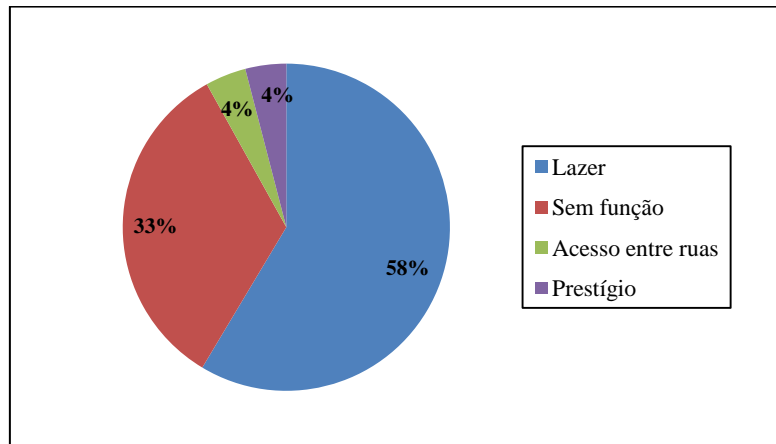
- Sabe-se que foram construídos com a finalidade de limpar o terreno da acumulação da pedra excedente, que impedia o cultivo;
- Posicionam-se em locais privilegiados para desfrutar a observação do mar e da paisagem envolvente;
- Avistamento da chegada dos barcos estrangeiros que aportavam ao porto para carregamento da laranja¹⁷⁷;
- Funcionamento “em rede” como atalaias na sinalização costeira, mensageiros de informações mediante a apresentação de bandeiras, como símbolo comunicativo (como por exemplo o anúncio da chegada de D. Pedro na passagem pelos Açores aquando do liberalismo);
- Vigia do sistema produtivo do interior da própria quinta;
- Prestígio e distinção social dos seus proprietários, sendo um local de encontro, convívio, passeios, lazer e descontração.

Relativamente aos portais das quintas a sua função inicial, para além da entrada e saída das quintas, era emblemática e prestigiosa dos seus senhorios, como já falamos.

O estudo levado a cabo permitiu-nos concluir que actualmente, em termos de funcionalidade, na Fajã de Baixo cerca de 58% dos mirantes têm como função o lazer, 33% não tem finalidade ou estão inacessíveis, 4% têm como utilidade a passagem entre ruas e, finalmente, 4% com função de prestígio (Figura 19).

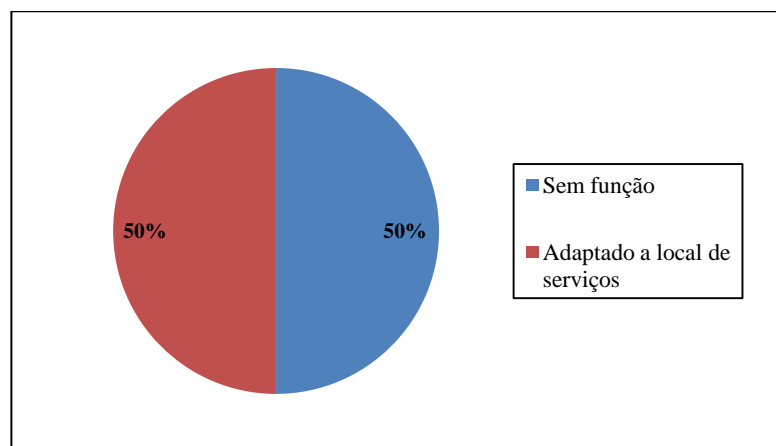
¹⁷⁷ Segundo Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França habitualmente as pessoas associam restritamente esta função aos mirantes, porém e segundo os mesmos autores “esta visão demasiado restrita do fenómeno não explica a presença de mirantes noutras localidades dos Açores e, inclusivamente, na costa norte da ilha de São Miguel (...) onde a relação directa com o tráfico marítimo nunca existiu”. In Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França, “Mirantes e torres de laranja... *ob. cit.*, p. 151.

Figura 19 - Percentagem (arredondada) e função actual dos mirantes na Fajã de baixo

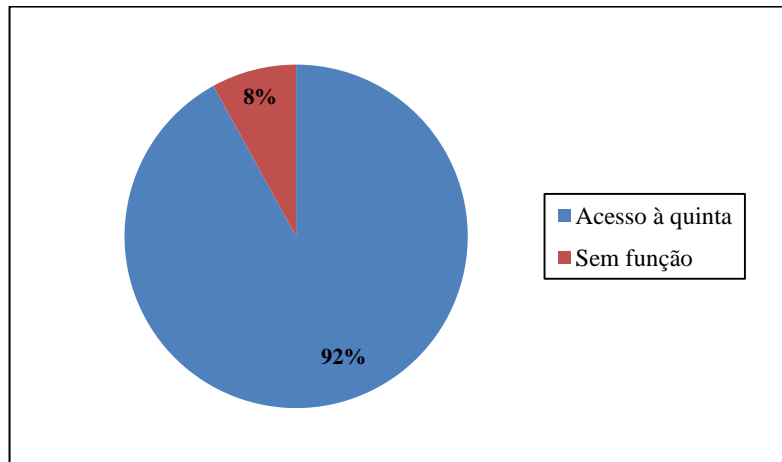


Relativamente aos torreões 50% estão ao abandono, sem função e num elevado estado de ruína e os restantes 50% estão adaptados a espaços de trabalho (Figura 20).

Figura 20 - Percentagem e função actual dos torreões na Fajã de Baixo



No que toca aos portais 92% tem como função o acesso ao interior da quinta e 8% está sem função (Figura 21).

Figura 21 - Percentagem (arredondada) e função actual dos portais na Fajã de Baixo

Conforme afirmam Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França, a partir do século passado os mirantes perdem as suas funções iniciais relativamente ao sistema produtivo da quinta e adoptam uma dimensão mais lúdica e recreativa, desaparecendo, nalguns casos, os acessórios que faziam parte do mirante, como a pedra de suporte da bandeira, bem como transformando-os em alpendres¹⁷⁸, sendo, por exemplo, o caso do mirante situado na Abelheira de Cima, propriedade de Jonh Riff remodelado com a construção de uma cobertura de três águas e janelas de vidro, alterando a sua estrutura inicial (Ficha de caracterização - Mirantes nº 10). Outro caso na Fajã de Baixo que integra modificações no mirante para maior usufruto de lazer é o exemplar situado também na Abelheira de Cima, propriedade de Erling Alves, com uma construção no topo de uma mesa e um barbecue (Ficha de caracterização – Mirantes nº 2). Por outro lado, existe na freguesia um caso excepcional que adoptou uma função de prestígio com a edificação de uma estatueta de pedra no topo do mirante que exprime a gratidão dos proprietários a Deus por tudo o que tiveram (Ficha de caracterização – Mirantes nº 17).

Para além dos mirantes com função de lazer, identificamos na freguesia um elemento de construção mais recente que tem como funcionalidade a passagem de acesso das ruas de Belém e Egipto à rua Direita. Este mirante foi mandado edificar em 1910 por João Inácio Pacheco Leal que cortou o seu prédio, conhecido por “Vila Laura”, e procedeu à abertura da rua com a construção de um arco trazendo vantagens de circulação para a população local (Ficha de caracterização – Mirantes nº 6).

¹⁷⁸ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França. “Mirantes e torres de laranja ... *ob., cit.* p. 161.

Relativamente aos mirantes que estão sem função, a grande maioria encontra-se numa situação de degradação, de que falaremos mais à frente, outros em abandono e/ou cobertos de vegetação que muitas vezes impedem o seu acesso.

No mesmo sentido, encontram-se dois dos quatro torreões sem utilidade em avançada deterioração (Fichas de caracterização – torreões nº 1 e 4). Contribuindo para a sua degradação estão os actos de vandalismo e de roubo de peças em cantaria, entre outros, que se tem manifestado ao longo dos tempos, como é o caso do torreão das Teimosas em que os degraus de pedra das escadas exteriores foram furtados. Os restantes dois torreões adoptaram uma função mais utilitária, que é a situação do torreão da Casa de Saúde de S. Miguel convertido em espaço administrativo (Ficha de caracterização Torreões nº 2) e torreão do Stand de Automóveis 296 adaptado a escritórios (Ficha de caracterização Torreões nº 3).

Quanto aos portais, em quase todos, à excepção de um caso, que se encontra tapado com cimento (Ficha de caracterização - Portais nº 12), a função actual é o acesso ao interior da propriedade, apesar de algumas quintas se encontrarem a abandono.

Assim, o que outrora “foi um depósito de pedra, atalaia e ponto de vista privilegiado, local de encontro e de convívio converte-se agora num objecto investido de novas e sedutoras qualidades”¹⁷⁹.

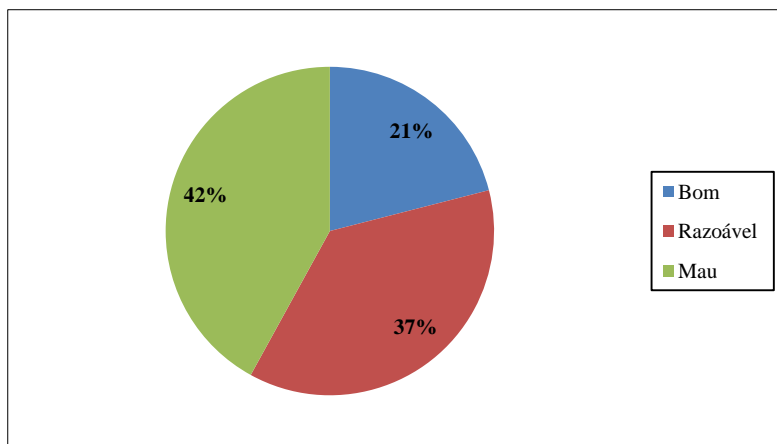
3.1.4. Conservação e recuperação

Ao longo da segunda metade do século XX assiste-se ao abandono e decadência desses elementos arquitectónicas da época da “economia da laranja”.

O nosso estudo permitiu apurar que em termos de conservação, num total de 24 mirantes, cerca de 42% encontram-se em mau estado de conservação ou abandono, 37% estão em estado razoável e 21% estão em bom estado (Figura 22).

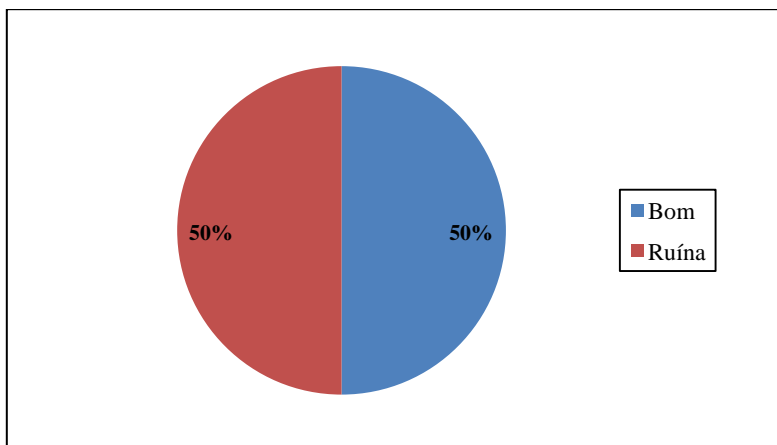
¹⁷⁹ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França. “Mirantes e torres de laranja ... *ob.*, *cit.* p. 161.

Figura 22 – Percentagem (arredondada) e estado de conservação dos mirantes na Fajã de Baixo



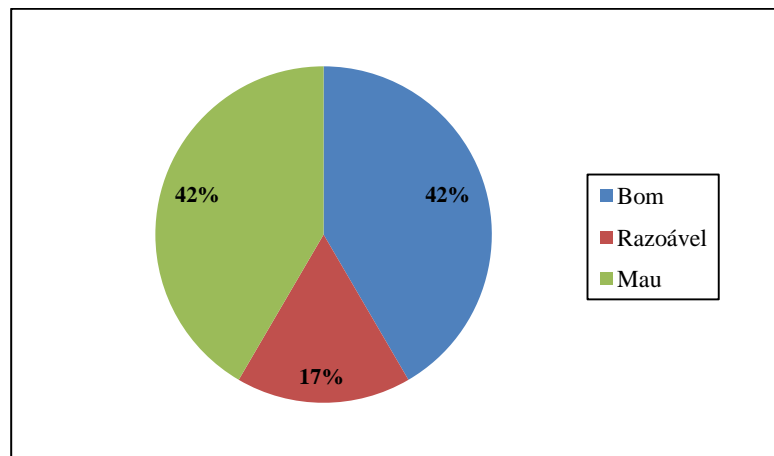
No que concerne aos torreões 50% estão em bom estado de conservação e os restantes 50% em mau estado. (Figura 23)

Figura 23 – Percentagem e estado de conservação dos torreões na Fajã de Baixo



Comparativamente aos portais, consoante nos indica o quadro da figura 24, aproximadamente 17% da totalidade encontra-se em estado razoável e os restantes em bom e mau estado com cerca de 42% respectivamente (Figura 24).

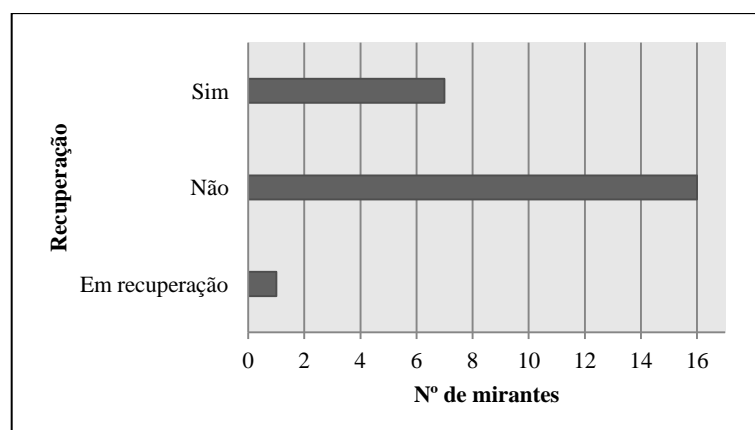
Figura 24 – Percentagem (arredondada) e estado de conservação dos portais na Fajã de Baixo



Quanto à recuperação desses elementos arquitectónicos a grande maioria dos mirantes não foi recuperada, conforme nos indica o quadro da figura 25, com dezasseis exemplares e os que foram, registando-se apenas sete casos, não sofreram grandes alterações no seu aspecto, à excepção do mirante de Erling Alves com a introdução de parapeitos oriundos de uma antiga ponte da Ribeira Quente e outros feitos com cimento que lhe dão um aspecto acastelado, bem como uma alteração a nível da escadaria (Ficha de caracterização – Mirantes nº 2).

Actualmente um mirante encontra-se em recuperação, que é o caso do mirante da Quinta Padre Mestre, na Abelheira, propriedade de João Luís Albergaria, onde estão sendo reaproveitadas as pedras que caíram, mantendo-se a sua estrutura inicial (Ficha de caracterização – Mirantes nº 24).

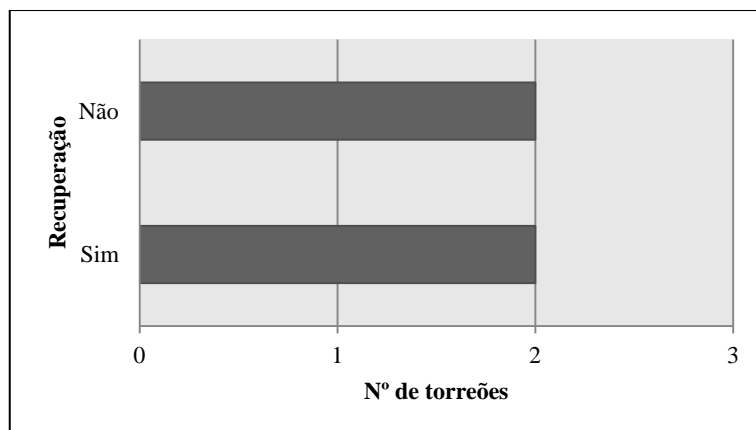
Figura 25 - Recuperação dos mirantes na Fajã de Baixo



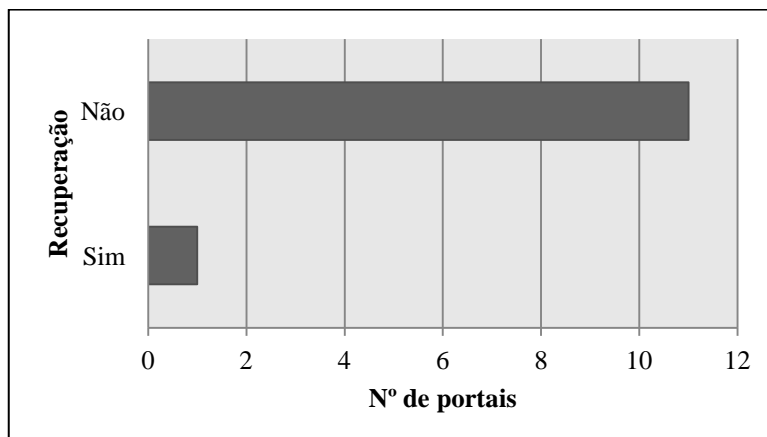
Contudo, há alguns casos em que a recuperação foi inconveniente com o uso incorrecto de cimento em algumas zonas dos mirantes, sobretudo nas escadas, nos capeamentos do murete, nos resguardos das escadas ou no topo (Fichas de caracterização – Mirantes nº 1, 2, 7 e 11) verificando-se ainda um caso em que toda a sua estrutura de alvenaria de barro foi substituída por cimento (Ficha de caracterização – Mirantes nº 5). Todavia, na freguesia verificamos duas situações em que a recuperação manteve os mesmos materiais e técnicas de construção, isto é, com o recurso à pedra seca e força braçal (Fichas de caracterização – Mirantes nº 12 e 23).

Quanto aos torreões apenas dois foram recuperados, (Figura 26) mantendo a sua forma inicial, mas sendo introduzidos novos materiais na sua construção, como cimento, tinta, ferro, entre outros, que correspondem aos torreões que actualmente foram adaptados a espaços de trabalho (Fichas de caracterização – Torreões nºs 2 e 3).

Figura 26 - Recuperação dos torreões na Fajã de Baixo



Relativamente aos portais, dos que temos certeza, da totalidade de 12 portais existentes na freguesia, apenas um exemplar foi recuperado, (Figura 27) mas apenas a nível do portão que integra o portal mantendo-se a estrutura original (Ficha de caracterização – Portais nº 3). Além disso, existe um caso pontual na freguesia em que o portal foi desmontado e erguido noutra lugar com blocos em vez de pedra e rebocado a cimento, mantendo-se as cantarias e o portão de madeira inicial (Ficha de caracterização – Portais nº 9).

Figura 27 - Recuperação dos portais das quintas na Fajã de Baixo

3.1.5. A Construção

A grande parte dos mirantes e torreões surgiram em meados do século XIX e foram edificados sem projectos arquitectónicos. Para além disso, eram-lhes dada pouca importância, daí poucas vezes referidos na documentação relativa à descrição de bens e partilhas. O material utilizado nos elementos mais antigos é a alvenaria¹⁸⁰ de pedra irregular, aparelhada, com ou sem reboco ou ainda parcialmente rebocado, caiados ou pintados. Por outro lado, é usual a existência de cantarias nos degraus das escadas, nas banquetas e nos bancos encostados ao redor do mirante, no capeamento e molduras dos vãos. O piso normalmente é térreo, mas encontra-se também em pedra.

De acordo com Isabel Soares de Albergaria e Igor Espínola de França a técnica de construção de um mirante é a mesma dos muros de pedra tradicionais, edificados com pedra “em seco” ou pouco argamassada, o que representa um conjunto de informações valiosas sobre o modo de construção desses elementos. Segundo Pedro Borges, se foram os ingleses os pioneiros a incrementar o comércio da laranja, não poderemos por de parte a hipótese de terem sido eles os percussores dos levantamentos dos muros das antigas “quintas” de laranja, com outro desempenho e exigências construtivas mais cuidadas. Conforme o autor afirma, poderá ter sido William Hard Read a ter contratado um profissional para ensinar o trabalho aos pedreiros micaelenses. Sabe-se que os muros

¹⁸⁰ “Dá-se o nome de alvenaria ao conjunto dos materiais pedregosos em fragmentos de grandeza apreciável, dispostos convenientemente de forma a constituírem maciços; ligam-se entre si por meio de argamassa (...) ou apenas se travam entre si, pela maneira como se dispõem por sobreposição; é o caso da alvenaria insôssa ou de pedra seca” Cf. João Emílio dos Santos Segurado, *Alvenaria ... ob. cit.*, p. 5.

anteriores à cultura do citrino eram pouco aperfeiçoados construídos com pedra acumulada e sem grandes cuidados. Ainda o mesmo autor refere que uma vez que havia uma grande proximidade nessa época entre S. Miguel e Inglaterra, poderá “ter sido um dos vários *gardeners*, ou simplesmente qualquer outro *englishman* a iniciá-la na ilha”¹⁸¹.

Tendo em conta que a construção dos mirantes passava pelas mesmas técnicas da construção dos muros de pedra, convém percebermos como estes se construíam de modo a associarmos à construção dos mirantes.

Conforme nos indica Pedro Borges¹⁸², as manobras de construção de um muro de pedra passavam pela selecção e alinhamento da pedra, geralmente pedra de basalto, viradas com o lado mais regular para fora preenchendo os intervalos com pedra miúda e travando a alvenaria de vez em quando com uma pedra da largura do muro. Antes de se erguer o muro eram traçados no solo umas riscas de limites com cal ou com uma linha estendida com a ajuda de estacas. Os paredeiros eram os oficiais com sabedoria específica na construção dos muros de pedra e escolhiam a pedra, que era trazida pelos serventes, sobrepondo-a a um alicerce dando forma ao muro. Os cabouqueiros talhavam as pedras dando-lhes forma para os cunhais, ombreiras, etc. Porém, os muros mais altos eram normalmente rachados, ou seja, eram introduzidas, nas juntas, pedras mais estreitas, as chamadas rachas, que podiam ser argamassadas com cal.

A construção dos mirantes exigia, contudo, técnicas mais aperfeiçoadas tendo em conta a sua dimensão, sendo constante a utilização de pedra aparelhada nas faces exteriores da estrutura. Os mirantes mais primitivos, em geral, quase nunca são rebocados ou são apenas parcialmente rebocados de barro com faixas superiores no topo do mirante ou nas guardas internas das escadas, excepto um caso pontual de um tronco-piramidal na Fajã de Baixo que é totalmente rebocado (Ficha de caracterização – Mirantes nº1). Na freguesia temos dois casos em que os mirantes são mais ornamentados. O exemplar do mirante da quinta de Santo António, rebocado e caiado com faixas horizontais na cor rosa à sua volta como forma de decoração e a rua onde se inicia o percurso ao mirante é feita por um portão composto por um arco e ladeada por dois muros (Ficha de caracterização – Mirantes nº 11) e o mirante do proprietário Eleutério José Valido também rebocado e caiado e de estrutura trabalhada no alçado poente (Ficha de caracterização – Mirantes nº 22).

¹⁸¹ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território ... ob. cit.*, p. 102.

¹⁸² Idem, pp. 101-102.

Porém, os mirantes edificados na primeira metade do século XX são quase sempre todos rebocados ou parcialmente rebocados a cimento na sua estrutura, como no pavimento do topo embora recorrendo à alvenaria de pedra para a sua construção como é o caso do mirante da “Vila Laura” (Ficha de caracterização – Mirantes nº 6). Já no século XXI os mirantes edificados não correspondem aos materiais tradicionais, verificando-se o uso de betão armado e aço inox, “comprovando que o tema longe de estar esgotado, continua a motivar encomendas em pleno século XXI”¹⁸³.

No que respeita aos torreões, estes integram um espaço com compartimentos e escadas, que servem como meio de comunicação entre os vários pavimentos do edifício, que normalmente são de madeira nos pisos superiores e de pedra no primeiro piso. A sua estrutura é sempre em alvenaria de pedra rebocada e caiada ou pintada. O uso de madeira também é frequente nos caixilhos das janelas e portas e a cobertura pode ser plana, de duas ou quatro águas de telha de cana.

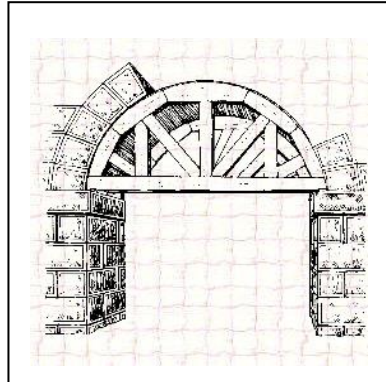
Os portais das quintas eram guarnecidos com pedra lavrada e quando mais trabalhada era designada de pedra de lavoura fina¹⁸⁴. Nos vãos das portas empregam-se arcos geralmente elaborados em cantaria e de diferentes denominações conforme a sua forma de que já falamos. Para se construir um arco em primeiro lugar deve-se preparar o *simples* ou forma provisória para suportar os materiais constituintes do arco, enquanto não se conseguem fixar sozinhos. “O simples é formado por um certo número de cérceas ou cambotas¹⁸⁵ de madeira, recortadas segundo o perfil do arco ou da abóboda e ligadas entre si por tábuas, constituindo uma superfície curva contínua”¹⁸⁶. Por exemplo, no caso dos arcos de volta inteira as cambotas são mais reforçadas, como podemos verificar na figura 28, formada por uma tábua na horizontal que se apoia nas impostas e com apoios na vertical e horizontal. Para os modelos de arcos abatidos, com vão menor, a figura 29 representa uma cambota formada por três tábuas pregadas entre si apoiando-se nas impostas. A sua construção inicia-se sempre a partir das impostas para o fecho do arco e a pedra angular é a última que fecha o arco, permitindo, assim, que o mesmo se comprima (Figura 30).

¹⁸³ Cf. Isabel Soares de Albergaria e Igor Espinola de França, “Mirantes e torres de laranja ...” *ob. cit.*, 174.

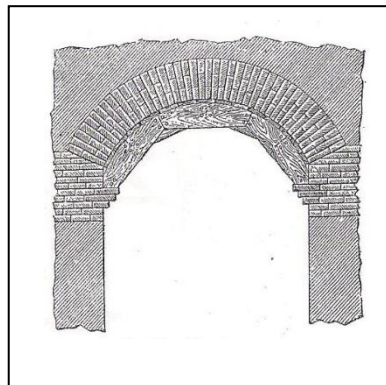
¹⁸⁴ Cf. Pedro Maurício de Loureiro Costa Borges, *O desenho do território ... ob. cit.*, p. 102.

¹⁸⁵ Armação arqueada de madeira.

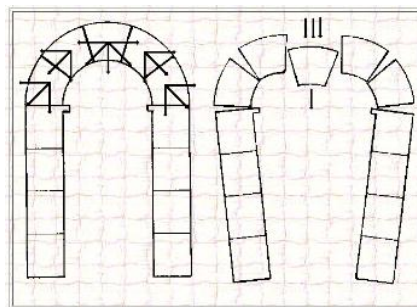
¹⁸⁶ Cf. João Segurado, *Alvenaria... ob. cit.*, p. 146.

Figura 28 - Exemplo de simples para arco de volta inteira

Fonte: <http://recursos.educarex.es> (consultado em 22-05-2013)

Figura 29 - Exemplo de simples para arco abatido

Fonte: João Segurado, *Alvenaria... ob. cit.*, p. 146

Figura 30: Compressão da pedra angular no fecho do arco

Fonte: <http://recursos.educarex.es> (consultado em 22-05-2013)

Em suma, do estudo efectuado concluímos que a Fajã de Baixo possui uma grande “riqueza” patrimonial com a edificação de mirantes, torreões e portais de quintas, associada à chamada “economia da laranja”.

Os mirantes constituem o grupo mais numeroso desses elementos arquitectónicos e localizam-se maioritariamente na zona da Abelheira de Cima, representando cerca de 70% do total (17 em 24).

A maioria dos mirantes foi edificada no século XIX e encontram-se quase sempre encostados aos muros limítrofes da quinta e permitem a circulação, o controlo e visualização no interior do terreno. A sua posição é preferencialmente com vista para o mar, sendo importante, nos casos da costa sul da ilha, para o avistamento dos barcos para carregamento da laranja. Na generalidade são de construção de pedra seca à vista ou parcialmente rebocados, verificando-se apenas um total de 25% dos casos (6 em 24) totalmente rebocados e caiados ou pintados.

Da diversidade tipológica dos mirantes, os tronco-piramidais são os mais comuns na freguesia e com menos frequência encontra-se um único caso de “tipologia mista”. Em relação às suas bases as mais usuais são as rectangulares e trapezoidais, verificando-se apenas uma situação de base circular. Contudo, os de maior volumetria são os espiralados, sendo habitual o acesso ao topo através de rampas, enquanto que nos restantes casos são frequentes as escadarias de pedra. À excepção do mirante mais pequeno, o designado “sem tipologia definida”, na generalidade os menos volumosos são os paralelepípedicos e prismáticos e os que, por sua vez, nalguns casos, são os únicos que possuem compartimentos de apoio agrícola.

Todavia, os mirantes diferenciam-se dos torreões, por estes últimos possuírem compartimentos habitacionais de vários pisos no seu interior e são mais elaborados no que respeita à sua decoração e espaço, sendo sempre rebocados e caiados ou pintados. Da totalidade dos torreões dois foram edificados no século XVIII, um no século XIX e outro, mais recente, já no século XX e situam-se, em geral, na zona sul da freguesia. O estudo permitiu apurar que a nível das tipologias 50% dos torreões da Fajã de Baixo integram-se nos *isolados de morfologia composta* e os restantes 50% nos *associados a outras construções*, sendo a base mais vulgar a quadrangular, apresentando apenas um caso que possui compartimento de apoio agrícola.

Os portais das quintas são geralmente compostos por arcos de volta perfeita abertos num pano de muro rectangular e, tal como os mirantes, maioritariamente foram construídos no século XIX, localizando-se vulgarmente também na Abelheira de Cima.

Ao longo da centúria de novecentos os mirantes perdem as suas funções iniciais e adoptam uma vertente mais recreativa em certos casos, ou estão sem função, convertendo-se apenas em símbolos decorativos das quintas, representativos de uma época de grande prosperidade económica da ilha de S. Miguel. Os torreões transformam-se em espaços de trabalho ou estão ao abandono e os portais, à excepção de uma situação, continuam com a função de acesso ao interior das quintas.

A partir de meados do século passado assiste-se ao descuido e decadência dessas estruturas da arquitectura da “economia da laranja” e constatando este facto está a elevada situação de mau estado de conservação de grande parte dos mirantes. Em relação aos torreões, 50% estão em ruínas e, em contrapartida, os portais, em geral, encontram-se em razoável e bom estado de conservação.

Grande parte dos mirantes não foi recuperada e os que foram não se observaram, em geral, grandes alterações no seu aspecto. Contudo, existem casos em que os materiais utilizados na sua recuperação não foram os mais correctos, como por exemplo a substituição de alvenaria de barro pelo cimento que vem alterar a sua composição inicial. Pelos dados que dispomos, concluímos que a maioria dos elementos que não foram recuperados está actualmente inutilizada, ao “abandono” e em avançado estado de deterioração, o que se torna necessário traçar algumas medidas de preservação e revalorização dos mirantes, torreões e portais das antigas quintas de laranja, como factores de identidade patrimonial.

CONCLUSÃO

Sublinhando as palavras de Fátima Sequeira Dias “a produção e a comercialização da laranja foram responsáveis por um período de grande prosperidade económica...”¹⁸⁷ nos Açores, ao longo de oitocentos, com consequências sociais, culturais e patrimoniais. Essa cultura, produzida em todas as ilhas e variando de quantidade, tornou-se a principal actividade económica, sobrepondo-se às tradicionais exportações de cereais e de vinho. A ilha de S. Miguel reunia condições favoráveis para o seu cultivo e as laranjas tornaram-se famosas pela sua qualidade, sendo exportadas em grandes quantidades para o estrangeiro, sobretudo para Inglaterra onde se promovia a nossa ilha em muitas montras das lojas, com os citrinos etiquetados de “St. Michael’s”.

O século XIX foi, pois, um período de grandes transformações. A cultura da laranja levou ao desenvolvimento de novas técnicas, particularmente destinadas à protecção das árvores dos perigos do vento e do mar, que prejudicavam a sua produção e que a cultura impunha. Assim, levantaram-se altos muros de pedra, que delimitavam as “quintas” de laranja e plantaram-se várias espécies, como a faia e o incenso, bem como os pinheiros que tinham a dupla função de abrigos e de matéria-prima para a confecção de caixas para transporte dos frutos.

O opulento negócio da laranja impulsionou a maior obra dos Açores com a construção da doca de Ponta Delgada, uma vez que a falta de um porto de abrigo trazia muitos inconvenientes e riscos, sobretudo no inverno – altura em que se exportava o citrino – com as tempestades que assolavam os navios.

Por outro lado, do ponto de vista social, apesar de se verificar um grande contraste entre uma maioria de pobres e uma minoria de ricos, formou-se uma elite micaelense económica e cultural, com novas mentalidades e hábitos, substituindo os modelos tradicionais pelos da Europa industrializada. Os seus lucros permitiram a construção de uma arquitectura mais abastada e erudita responsável pela alteração da paisagem micaelense, não só pelos esplêndidos solares, de estilo arquitectónico neoclássico, mas também pelas “quintas”, fazendo delas deslumbrantes recintos, muitas com jardins exóticos ao gosto romântico, alamedas, flora decorativa com espécies vegetais raras, baquetas de pedra, acrescidas dos seus belos e amplos portais – que tornavam as entradas

¹⁸⁷ Fátima Sequeira Dias, “A importância da “economia da laranja” no arquipélago dos Açores durante o século XIX”, in *Arquipélago-História. In Memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil*, volume I, nº 2, 2ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1994, p. 240.

na propriedade bem mais elegantes e imponentes – e ainda dos mirantes e torreões com vista sobre o mar. Entre as suas várias funções uma das mais relevantes era a de permitir avistar os navios ao largo ou no porto, prontos para o carregamento da laranja, permitindo, deste modo, aos produtores e negociantes colocarem a fruta no cais quase em simultâneo com a chegada dos barcos.

Porém, ao longo dos anos, depararam-se diversos flagelos que atingiram os laranjais e levaram à decadência da sua cultura no final da centúria. O agravamento da doença chamada “lágrima” que contaminava e danificava a qualidade do fruto, a disseminação do insecto *coccus hesperidum* que se desenvolveu em grandes quantidades e se expandiu para todas as ilhas, foram alguns dos motivos essenciais, acrescidos da diminuição da qualidade da fruta, devido ao aumento e desleixo da produção com vista ao lucro rápido, descuidando-se, assim, da qualidade do fruto outrora tão afamado.

Na sua época áurea, ao longo de grande parte do século XIX, a cultura da laranja expandiu-se em diversos locais da ilha. A Fajã de Baixo, por se situar nos arredores da única cidade micalense à época, de solo pouco acidentado e terreno baixo, reunindo condições favoráveis para o cultivo do citrino, tornou-se zona de abundância de grandes “quintas”, possuindo, ainda hoje, uma grande “riqueza” patrimonial da época da “economia da laranja”, designadamente mirantes, torreões e portais de quintas.

O levantamento efectuado na freguesia de todo esse conjunto de elementos de valor arquitectónico, paisagístico, construtivo e cultural, pretende comprovar a sua importância enquanto testemunhos valiosos de uma época que remonta a finais de setecentos e persiste até ao século XX, embora hoje tenham um carácter mais emblemático ou decorativo, servindo para transmitir “in loco”, às gerações futuras, a nossa história.

O estudo levado a cabo permitiu identificar na freguesia a existência de 24 mirantes, 4 torreões e 12 portais de quinta. Na sua maioria todo esse conjunto patrimonial foi edificado no século XIX e localiza-se com maior predomínio na Abelheira de Cima, verificando-se a existência de exemplos raros ou únicos na Fajã de Baixo.

Os mirantes encontrados podem dividir-se em diversas tipologias, nomeadamente: tronco-piramidais, prismáticos, espiralados, paralelepípedicos, pirâmide de degraus e mistos, verificando-se ainda a existência de mirantes sem tipologia definida. Quanto às suas bases estas diferem entre quadrangulares, rectangulares, trapezoidais e circulares,

existindo também os que não possuem forma definida. Na freguesia, os mirantes mais comuns são os designados tronco-piramidais, sendo os menos usuais os de tipologia mista. Por sua vez, os espiralados constituem os de maior volumetria e os mais pequenos – à excepção de um mirante sem tipologia e base definida – são compostos pelos prismáticos e paralelepípedicos. Em relação às bases, os rectangulares e os trapezoidais são as mais frequentes, sendo as circulares menos comuns, com apenas um caso na freguesia.

Os torreões diferem dos mirantes por terem forma de torre e possuírem vários pisos e compartimentos no seu interior. Quanto às tipologias encontradas na freguesia, podemos dividi-las em *isolados de morfologia composta* e os *associados a outras construções*. Normalmente as suas bases são quadrangulares verificando-se apenas um exemplar de planta rectangular. Os portais geralmente são compostos por arcos de volta perfeita, encontrando-se em alguns casos arcos de volta abatida ou quebrados.

Os mirantes foram edificados sem projectos arquitectónicos. Juntando o excedente de pedra acumulada nos terrenos elevavam-se os mirantes. A técnica utilizada nos elementos mais antigos é de alvenaria de pedra, com ou sem reboco ou parcialmente rebocados, sendo frequente a presença de cantarias nos degraus das escadas, nas banquetas ou nos bancos encostados ao murete de protecção do mirante, bem como no suporte de bandeira. Contudo, os mirantes mais recentes são rebocados a cimento, embora recorrendo à alvenaria de pedra.

Comparativamente aos torreões a sua estrutura é sempre rebocada e caiada ou pintada, sendo os pavimentos interiores, bem como os caixilhos das portas e das janelas em madeira. As coberturas são planas ou de duas águas de telha de meia cana.

Os portais são guarnecidos com pedra lavrada no soco, cunhais e cornija bem como nas molduras dos arcos; alguns são datados ou têm as iniciais dos proprietários.

Contudo, muitos desses elementos arquitectónicos, em geral, encontram-se degradados, ao abandono e em mau estado de conservação. Aliás, no decurso deste trabalho um torreão ruiu, situação que nos vem demonstrar a sua perda de função e significado cultural que lhe estava associado.

Neste sentido, torna-se importante “revitalizar as memórias do passado”, adoptando medidas para acautelar a sua valorização e protecção patrimonial, tendo em

conta que se trata de todo um conjunto arquitectónico de elevado valor, que faz parte da nossa história e que marca a nossa identidade regional.

Todavia, para compreender os elementos da arquitectura da época da “economia da laranja como nosso património, foi preciso conhecer a sua história, a sua importância, a relação que tinham com o sistema produtivo das quintas, as suas funções, as suas técnicas de construção e o material utilizado. Espera-se, pois, que o nosso estudo possa contribuir para diferentes planos/estratégias que se poderão implementar através de diversas acções de divulgação e de sensibilização ou por intermédio de medidas de valorização e protecção. Passamos a enumerar alguns exemplos ou iniciativas, entre várias possíveis:

- Sensibilização da sociedade local quanto a uma parte importante do património imóvel da freguesia e ajuda na dinamização de projectos patrimoniais, como por exemplo, a nível turístico ou até mesmo estimular estudos para outras localidades;
- Inventariação do património e edição de catálogos em suporte papel e digital;
- Acções de sensibilização, seminários, conferências, publicações de artigos em revistas, ou documentários entre diversas entidades públicas ou privadas;
- Organização de exposições em diversos locais;
- Recuperação de um torreão em ruínas e transformá-lo num local público, designadamente num núcleo museológico da cultura da laranja, integrando-o em programas escolares (visitas de estudo) e roteiros turísticos. Neste espaço poderia existir um espólio fotográfico e documental, vídeos com as recriações da actividade comercial da altura e exposições das técnicas de construção desses elementos, bem como colecções em miniaturas das diversas tipologias de mirantes e torreões, actividades educativas, espaço de tertúlias relacionadas com a temática, entre outros;
- Passeios guiados;
- Classificação de alguns exemplares;
- Isenção de imposto predial tendo em conta que os proprietários desses elementos arquitectónicos são privados, desde que promovessem periodicamente a sua recuperação;
- Colaboração de entidades locais da Cultura ou outras, na promoção de actividades com vista à angariação de fundos em favor da sua conservação e recuperação;
- Criação de um espólio patrimonial de imagens fotográficas acessível ao público em geral;
- Integração desse património nas actividades das “Jornadas Europeias do Património”;

- Concursos de fotografias.

É da responsabilidade de todos nós, enquanto membros de uma comunidade, preservar o nosso património, porque faz parte da nossa história e permite transmitir às gerações futuras o que fomos, o que somos e qual o percurso do povo açoriano.

FONTES**Fontes impressas**

ABRANCHES, Joaquim Cândido. 1869. *Álbum michaelense*. Ponta Delgada, Tipografia de Manoel Corrêa Botelho.

MACEDO, José Tavares. 1854. *Estudo histórico sobre a cultura da laranjeira em Portugal e sobre o commercio da laranja*. Lisboa, Tipografia da Academia.

TORRES, Domingos Monteiro. 1850. *Considerações à cerca do Coccus das laranjeiras e do Fluido-oleoso-Alkali-vegetal, que reduz e aniquila o mesmo insecto*. Ponta Delgada, Tipografia de João Jacinto Botelho.

Partilha. Boletim de informação, cultura e desenvolvimento local, 2006 a 2012.

WEEKS, Lyman H. 1958. “Nos Açores”, trad. João H. Anglin, *Insulana*, volume XIV, 2º semestre. Ponta Delgada, Instituto Cultural: 304-312. (ed. original: 1882).

Fontes orais

Ana Isabel Teles
Rua do Espírito Santo – Quinta de S. Gonçalo
11-09-1966
Técnica superior de turismo

Aires Joaquim de Freitas
Caminho da Abelheira de Cima, 2 A
15-09-1935
1º Oficial e administrativo do depósito Pol Nato de Ponta Delgada / Reformado

António Costa Santos
Caminho Abelheira de cima, s/n
30-07-1937
Engenheiro Agrónomo

António Damião Melo
Rua da Pedra, 2
05-05-1946
Engenheiro Civil

Eugénio António Vasconcelos Câmara Melo Cabral
Rua Margarida de Chaves, 28
08-05-1935
Engenheiro agrícola

Estevão Silveira Gago da Câmara
Rua Direita, 97
26-12-1954
Historiador/ Jornalista

Helena Margarida de Sousa Jorge Cosme Cardoso Silva
Rua Direita, 28
10-5-1948
Funcionária Administrativa do Conservatório Regional de Ponta Delgada

João Carlos Macêdo
Rua Agostinho Cymbron
17-01-1943
Presidente da Part'Ilha – Associação de Cultura e Desenvolvimento Local, AC

João Luís Cogumbreiro
Abelheira de Cima, 101
18-05-1965
Director geral do Hotel Marina Atlântico

João Maria Cardoso Silva
Rua Direita, 28
12-09-1937
Técnico de telecomunicações / Reformado

Jorge Faria e Maia de Aguiar
Avenida Gaspar Frutuoso, 12
16-06-1931
Comerciante – Proprietário da Firma Luís Dias Machado

José Francisco Raposo Coelho e Sousa
Abelheira de Cima, 11
30-10-1940
Reformado

Júlio Alves
Canada dos 10, 3
22-11-1946
Profissional da construção civil

Luís Filipe Riff
Estrada Regional 1, 89
19-12-1970
Gestão Marítima

Luís Guilherme Cogumbreiro Ivens Brandão
Canada do Bonfim, s/n
02-01-1933
Engenheiro Maquinista Naval / Reformado

Maria Eugénia Sousa Albuquerque
Quinta das Palmeiras, Canada da Manguinha, s/n
01-03-1934
Empresária

Maria Fernanda Soares Matias Tavares
Canada do Bonfim, s/n
13-04-1935
Farmacêutica / Reformada

Maria Isabel Arruda Borges
Canada do Bonfim, s/n – Quinta da Bela Vista
17- 12-1963
Doméstica

Pedro Manuel Freitas Cabral
Rua da Províncias, 1
29-06-1968
Chefe de serviços - Crespotir

Roberto Resendes
Rua da Mãe de Deus, 13° A 9501-801
01-05-1968
Assistente Técnico - CIBIO Açores – Departamento de Biologia, Universidade dos Açores

Rui Paulo Cosme Giesta
Rua Direita, 16
09-06-1959
Bancário

Rosa Soares Delmar
Calço da Furna, 8
10-09-1948
Enfermeira e Bancária

BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA, Maria Isabel Whitton da Terra Soares de. 2012. *A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime*. Lisboa, Instituto Superior Técnico (policopiado).

ALBERGARIA, Isabel Soares de; FRANÇA, Igor Espínola de. 2012. “Mirantes e torres da laranja: elementos identitários da paisagem açoriana”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 21. Horta, Núcleo Cultura da Horta: 149-176.

ALBERGARIA, Isabel Soares de. 2000. *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel: 1785-1885*. Lisboa, Quetzal Ed.

ANGLIN, João H. 1949. “Tomás Hickling”, in *Insulana*, volume V, nº 1 e 2. Ponta Delgada, Instituto Cultural: 108-115.

Apontamento Histórico Etnográfico S. Miguel S. Maria. 1982. Ponta Delgada, Direcção Escolar Ponta Delgada.

Arquitectura Popular dos Açores, coord. de João Vieira Caldas. 2000. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1919. “Apontamentos sobre a arquitectura regional” in *Revista Michaelense*, nº 3, volume 2. Ponta Delgada, Ayres Jacome Correia: 315-343.

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1974. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 volumes. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1949. “Joseph Bullar Artista”, in *Insulana*, volume V, nº 1 e 2. Ponta Delgada, Instituto Cultural: 33-56.

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1928. “Os portais das velhas quintas”, in *Os Açores - revista ilustrada*. Ano II, nº 2, 2ª serie. Ponta Delgada, Barbosa & Irmão Lda.: 15.

BENEVIDES, Mónica Carvalho. 2011. *Arquitectura do “ciclo da laranja” na Fajã de Baixo*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de Cidade e Património Urbano do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

BENEVIDES, Mónica Carvalho. 2011. *Arquitectura do “ciclo da laranja” na Fajã de Baixo. O estudo de alguns casos*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de História da Arte e do Património do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

BENEVIDES, Mónica Carvalho. 2011. *Roteiro Cultural e Turístico da Fajã de Baixo*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho elaborado para a unidade curricular de Museologia e Antropologia Cultural do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento.

BORGES, Pedro Maurício de Loureiro Costa. 2007. *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel nos Açores, na 2ª metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (policopiado).

BRITO, Raquel Soeiro de. 2001. *Apresentação das Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada, in Ponta Delgada, cinco séculos de Concelho, 1499-1999*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada: 243-250.

BRITO, Raquel Soeiro de. 2004. *São Miguel – a Ilha Verde, estudo geográfico (1950-2000)*. Ponta Delgada, Fábrica de Tabaco Micaelense.

CABRAL, Arlindo. 1953. *Sebes vivas ou abrigos, nos Açores: subsídios para o seu estudo*. Ponta Delgada, Tipografia do Correio dos Açores.

CABRAL, Maria Evelina de Sousa. 1956. *A Fajã de Baixo, Ilha de S. Miguel – Açores, Monografia Económico-social*. Ponta Delgada, Instituto de Serviço Social. (relatório de curso)

CARNEIRO, Manuela Castro. 1979. *Pragas das culturas na ilha de S. Miguel*. Ponta Delgada, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Serviços Agrícolas da ilha de S. Miguel.

COLE, Emily. 2003. *A Gramática da Arquitectura*, trad. Maria Filomena Duarte. Lisboa, Livros e livros.

CONSTÂNCIA, João de Medeiros. 1960. *A ilha de S. Miguel, contribuição para o seu estudo geográfico*. Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, volume II, nº 18. Coimbra, Universidade de Coimbra.

CONSTÂNCIA, João de Medeiros. 1963. *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*. Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, volume III, nº 20. Coimbra, Universidade de Coimbra.

COSTA, Carreiro da. 1978. *Esboço Histórico dos Açores*. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores.

COSTA, Carreiro da. 1946. “Etnografia da cidade, Ponta Delgada na geografia humana”, in *Insulana*, volume II, nº 2 e 3. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 389-481.

COSTA, Carreiro da. 1989. *Etnologia dos Açores*, org., prefácio e notas de Rui de Sousa Martins, 2 volumes. Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa.

COSTA, Carreiro da. 1967. “Perfil histórico das ilhas de S. Miguel e Santa Maria”, in *Insulana*, nº 23, 1º e 2º semestre. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 1-22.

COSTA, Carreiro da. 1965. “Torreões da Cidade de Ponta Delgada”, in *Insulana*, nº 21, 1º e 2º semestre. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 258-259.

DIAS, Fátima Sequeira. 2009. “A companhia Exportadora Micaelense entre a imitação e a inovação: dirigir, contar e vender (1872-1881)”, in *Arquipélago-História. In Memoriam Sacuntala de Miranda*, volume XIII, 2ª serie. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 119-156.

DIAS, Fátima Sequeira. 1995. “A decadência da economia da laranja e o despontar do ideal autonomista na ilha de S. Miguel no século XIX”, in *Actas do Congresso do I centenário da Autonomia dos Açores*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura: 127-157.

DIAS, Fátima Sequeira. 2002. “A economia da laranja The orange cycle”, coord. J. M. Ferreira de Melo, in *Ponta Delgada*. Ponta Delgada, Publiçor: 9-19.

DIAS, Fátima Sequeira. 1994. “A importância da “economia da laranja” no arquipélago dos Açores durante o século XIX”, in *Arquipélago-História. In Memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil*, volume I, nº 2, 2ª serie. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 189-240.

DIAS, Fátima Sequeira. 1987. “O porto de Ponta Delgada de 1821 a 1825: um exemplo da navegação do Atlântico”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 2, volume 45, Angra do Heroísmo: 1223-1239.

DIAS, Fátima Sequeira. 1986. “O porto de Ponta Delgada e o comércio micaelense entre 1821 e 1825”, in *Arquipélago-História*, 8. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-67.

DIAS, Fátima Sequeira. 2001. “O século XIX”, in *Ponta Delgada, cinco séculos de Concelho, 1499-1999*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada: 203-210.

DIAS, Fátima Sequeira. 2008. *Os Açores na História de Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa, Livros Horizonte.

DIAS, Fátima Sequeira e Artur Boavida Madeira. 1999. “Ponta Delgada no ano de 1833: uma relação dos habitantes”, in *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da Cidade de Ponta Delgada, Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores de 17 a 21 de Março de 1997*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada: 291-319.

DIAS, Fátima Sequeira. 1996. *Ponta Delgada, 450 anos de cidade*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada.

DIAS, Fátima Sequeira. 1999. “Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micaelense”, in *Arquipélago-História*, volume III, 2ª série. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 457-483.

DIAS, Urbano de Mendonça. 1924. *História dos Açores*. Vila Franca do Campo, Agência de obras literárias de António Silveira de Medeiros.

DIAS, José Maria Teixeira. 2011. *A História do Povo Açoriano*, prefácio de Emanuel Jorge Botelho. Ponta Delgada, Publiçor.

FERNANDES, José Manuel. 1996. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura.

FERNANDES, José Manuel. 2008. *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo Instituto, Açoriano de Cultura.

FERREIRA, Manuel. 2004. *O Explorador Micaelense, Roberto Ivens*. Ponta Delgada, Nova Gráfica.

FERREIRA, Manuel. 1992. *Ponta Delgada, a história e o armorial*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada.

FILIPPE, Nuno. 2002. “Nota histórica sobre o torreão da Casa de Saúde de S. Miguel”, In *O Hospitaleiro*. Ano IV, nº 15. Ponta Delgada, Instituto São João de Deus, Casa de Saúde de S. Miguel: 3.

FRANÇA, José-Augusto. 1990. *A arte em Portugal no século XIX*, 2 volumes, 3ª edição. Lisboa, Bertrand Ed.

FREITAS, João Manuel da Rocha e Rita da Conceição Cabral de Medeiros Freitas. 2007. *Estatuária Micaelense*, prefácio de Gustavo Moura. Ponta Delgada, Edição do autor.

FRUTUOSO, Gaspar. 1998. *Saudades da Terra*, Livro IV, cap. XLII. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

GAMEIRO, Aires. *História da Casa de Saúde de S. Miguel Ordem Hospitaleira de S. João de Deus. Antecedentes, Fundação e Desenvolvimentos (1828-2008)*. No prelo.

Inventário do património imóvel dos Açores, coord. de Jorge Paulus Bruno. São Roque (2000), Madalena, Horta, Praia da Vitória, Vila do Porto e Ribeira Grande (2007). Direcção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura.

JOÃO, Maria Isabel. 1991. *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.

LANGHANS, F. P. da Almeida. 1990. *Ofícios antigos subsistentes nas ilhas dos Açores, ilha de S. Miguel*, colab. Sílvia de Azevedo, António Manuel Soares de Azevedo. [S. l.: s. n.].

Laranjas, Dickens e São Miguel: a propósito de oranges and lemons, prefácio e notas de Leonor Sampaio da Silva. 2010. Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional, Direcção Regional da Cultura e Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

MACEDO, João Carlos. 1961. *Monografia Histórica dos Templos da Fajã de Baixo*. Fajã de Baixo (policopiado).

MACHADO, J. Joaquim. 2003. “A administração municipal de Ponta Delgada no fim do século XIX”, in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo. Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores de 25 a 27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Universidade dos Açores: 159-184.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. 1983. *Arquitectura nos Açores: Subsídios para o seu estudo*. Horta, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo. Direcção Regional do Turismo.

MATOS, Artur Teodoro, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite (org.). 2008. *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, 2 volumes. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

MATOS, Artur Teodoro. 1979. *Achegas para a história económica e social da ilha de São Miguel no ano de 1813*. Separata da Revista *Arquipélago*, série Ciências Humanas, nº1. Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores: 163-180.

MELLO, José de Almeida. 2011. “Na rota das ruínas – o torreão das teimosas”, in *Saber Açores. Magazine de informação*, Ano XII, nº 137: 34-35.

MELO, Maria Orísia e Conceição Melo Cabral. 2010. *Açores – Quem Somos / Porque Somos*. Ponta Delgada, Publiçor.

MIRANDA, Sacuntala de. 1999. “A população de Ponta Delgada segundo as estatísticas oficiais”, in *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da Cidade de Ponta Delgada, Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores de 17 a 21 de Março de 1997*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada: 321-336.

MIRANDA, Sacuntala de. 1989. *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel 1870-1880*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

MÓNICA, Maria Filomena. 2010. *Os Canto, a tragédia de uma família açoriana*. Lisboa, Alêtheia.

MOREIRA, Hugo. 1995. “O porto artificial e os engenheiros ingleses”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, nº 3, 1º semestre. Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada: 18-24.

MOREIRA, Hugo. 1994. “O temporal de Nossa Senhora da Conceição e as vicissitudes da construção de um porto”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, nº 2, 2º semestre. Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada: 16-22.

MOREIRA, José Marques. 1987. *Alguns aspectos de intervenção humana na evolução da paisagem da ilha de S. Miguel (Açores)*. Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

PAVÃO, Ruben de Almeida. 1994. *Nos 200 anos da Igreja da Fajã de Baixo*. Ponta Delgada, Direcção Escolar de Ponta Delgada.

PEREIRA, Aurélio Marcos. 1919. *A ilha de S. Miguel sob o ponto de vista agrícola*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia.

PEREIRA, Jorge Costa. 1988. “A vida em Ponta Delgada em 1880 através do jornal “Diário dos Açores”, subsídio para o estudo do século XIX micaelense”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, volume XVIII, nº 1, 2 e 3. Horta, Correio da Horta: 89-130.

PEREIRA, Silvano Augusto. 1949. “A laranja dos Açores: notas acerca da citricultura”, in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada, Tipografia do Correio dos Açores: 1-30.

Ponta Delgada: 500 Anos Concelho Ponta Delgada, coord. José Maria P. Ferreira de Melo; Textos J. M. Ferreira de Melo, Natacha Pastor e João C. Toledo de Sousa; Armanda Seel, Carla Lopes. 1999. 3ª edição, Ponta Delgada, Publiçor: 35-40.

População (A) da ilha de S. Miguel. 1921, in *Revista Michaelense*, Ano 4, nº 3. Ponta Delgada, Ayres Jacome Correia: 1260-1267.

RIBEIRO, José Rodrigues. 1979. *Dicionário corográfico dos Açores*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e Vítor Luís Gaspar Rodrigues. 1983. “A população dos Açores no ano de 1849”, in *Arquipélago*, série Ciências Humanas, nº especial. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 333-387.

ROCHA, Gilberta e Artur Boavida Madeira. 2003. “Informação demográfica nos Açores oitocentistas”, in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo. Actas do Colóquio realizado na Universidade dos Açores de 25 a 27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Universidade dos Açores: 403-424.

SEGURADO, João Emílio dos Santos. S/d. *Alvenaria e Cantaria*, 2ª edição, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.

SILVA, João Paulo A. Pereira da. 1988. “Os Açores em 1832: a perspectiva do Comandante Edward Boid, oficial inglês e romântico”, in *Arquipélago-História*, nº especial. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 211-230.

SILVA, Susana Serpa. 2000. “Aspectos da vida social e cultural micaelense na 2ª metade do século XIX”, in *Arquipélago-História. In Memoriam Ernesto do Canto*, volume IV, nº 2, 2ª serie. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 299-358.

SILVA, Susana Serpa. 2003. *Criminalidade e justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.

SILVA, Susana Serpa. 2012. *Violência, Desvio e exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar. 2 volumes.

SILVA, Francisco Borges da. 1919. “Notas e estatística da ilha de S. Miguel nos princípios do século XIX”, in *Revista Michaelense*, Ano 2, nº 5. Ponta Delgada, Ayres Jacome Correia: 484-500.

SOUSA, Fernando Aires de Medeiros. 1982. *José do Canto, subsídios para a história micaelense*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

SOUSA, Nestor de. 1995. “Antecedentes da construção da Doca de Ponta Delgada”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, 4. Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada: 17-20.

SOUSA, Nestor de. 1991. “Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista” in *Revista de Cultura Açoriana*, nº 3. Lisboa, Casa dos Açores: 137-160.

SOUSA, Nestor de. 1996. “Projectos para a Doca de Ponta Delgada sem execução prática no século XIX”, in *Revista Porto de Ponta Delgada*, 5. Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada: 18-20.

SOUSA, Nestor de. 1988. “Sinais de presença britânica na vida açoriana (séculos XVI-XIX)” in *Arquipélago. Relações Açores – Grã-Bretanha*, nº especial. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 25-100.

SUTTON, Ian. 2004. *História da Arquitectura no Ocidente. Desde a Grécia Antiga até ao Presente*. Lisboa: Editorial Verbo, (ed. original: 1999).

TELLES, Leandro Silva. 1977. *Manual do património histórico*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço, Universidade de Caxias do Sul.

WEBGRAFIA

<http://www.culturacores.azores.gov.pt> (consultado em 17-04-2013)

<http://cm-pontadelgada.azoresdigital.pt> (consultado em 17-04-2013)

www.estatistica.azores.gov.pt (consultado em 27-04-2013)

<http://recursos.educarex.es> (consultado em 22-05-2013)

Google Earth (consultado em 17-04-2013)